

Ângela Gonçalves

A ADULTEZ EMERGENTE NUM CONTEXTO MILITAR

Dissertação Mestrado em Psicologia do Desenvolvimento, orientada pela Professora Doutora Maria Teresa Mesquita Carvalho Sousa Machado, apresentada à Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra.

Junho 2013



UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Ângela Gonçalves

A ADULTEZ EMERGENTE NUM CONTEXTO MILITAR

Dissertação Mestrado em Psicologia do Desenvolvimento,
orientada pela Professora Doutora Maria Teresa Mesquita
Carvalho Sousa Machado, apresentada à Faculdade de Psicologia
e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra.

Junho 2013

Ao meu avô Isidro por ter sabido ser sempre jovem, mesmo quando já era velhinho

Agradecimentos

À minha mãe por tudo o que fez por mim ao longo da minha vida e por me ter ensinado a ser quem sou hoje.

À minha família e em especial ao meu Marido por ter estado sempre ao meu lado e me ter apoiado mesmo nos momentos mais complicados.

À Esmeralda, Madalena e Rita por todo o apoio, pelos incentivos, por me *aturarem* durante este processo, sei que por vezes não foi fácil!

Aos militares da Base Aérea Nº 5, em especial ao Senhor Comandante, Coronel Paulo Mateus por me permitirem a realização deste trabalho.

A todas as pessoas que de forma direta ou indireta contribuíram para a concretização deste trabalho, o meu **muito obrigada!**

Resumo

Este estudo tem como cerne o processo de transição para a vida adulta, tendo por princípio que esta sofreu, ao longo dos últimos anos, profundas alterações no que diz respeito às especificidades que serviam como marcos para a progressiva construção do papel de adulto.

Considerado hoje, por diversos autores dentro das abordagens desenvolvimentais, como um período com desafios e tarefas próprias, é explicitamente considerado por Arnett como possuidor de uma série de características que, pela sua especificidade, o demarcam da adolescência e da idade adulta, tais como o não assumir das responsabilidades características da idade adulta, a exploração da identidade, o sentimento *in between*.

Com a realização deste trabalho, tendo como referencial teórico a teoria da “adulter emergente” de Arnett, procura-se analisar a transição para a idade adulta, numa amostra portuguesa com características específicas. O objetivo primordial deste trabalho almeja descobrir a percepção que os jovens adultos militares têm no que diz respeito aos marcadores de transição para a idade adulta.

De um modo particular pretendeu-se fazer uma comparação entre os jovens adultos que fazendo parte desta amostra estão em regime de contrato (no fim de 6 anos regressam à vida civil) e os jovens adultos que já estão no quadro permanente, ou seja, qual a importância que dão à fase de desenvolvimento humano que estão a vivenciar em relação a vários parâmetros das suas vidas (e.g., ter uma relação romântica estável, ter sucesso profissional), bem como a importância na consideração da sua profissão.

A amostra é composta por 121 participantes, de ambos os géneros 68,60% do sexo masculino e 31,40% do sexo feminino, com idades compreendidas entre os 18 e os 30 anos, das três classes de militares (Oficiais 23,97% , Sargentos 29,75% e Praças 46,28%).

Palavras-chave: adulter emergente; contexto militar; balanço trabalho e família.

Abstract

This study of the transition to adulthood has as a matter of principle that it suffered over the past few years, major changes with regard to the specifics that served as milestones for the gradual construction of the adult paper (e. g. marriage, parenthood).

This distinct period, following Arnett's line of thought, has a number of features which by their specificity demarcate itself from adolescence and adulthood, characteristics such as not assuming the responsibilities of adulthood, exploring the identity and feeling in between.

With this work, we intended to make an analysis of Arnett's theory of Emerging Adulthood, transposing its features to the Portuguese reality in general and the military universe in particular. The primary objective of this study aims to discover the perception that military young adults have with regard to the markers of transition to adulthood.

Specifically it was intended to make a comparison between young military adults who are under contract and young military adults who are permanently linked to the Portuguese Air Force, what importance they give to the stage of development they are experiencing in relation to various parameters of their lives (e.g., having a stable romantic relationship, professional success) as well as the importance in consideration of their profession (current or future).

The sample comprised 121 participants, of both sexes (68,60% male and 31,40% female), aged between 18 and 30 years, in the three classes of soldiers (23,97% Officers, 29,75% Sergeants and 46,28% Airman).

Keywords: emerging adulthood; military context, work and family balance.

Résumé

Cette étude a pour base la transition vers l'âge adulte, avec le principe qu'elle a subi au cours des dernières années, des changements majeurs en ce qui concerne les spécificités qui ont servi de jalons pour l'acquisition du rôle d'adulte.

Cette période distincte, suivant l'idée d'Arnett, présente un certain nombre de caractéristiques qui permettent de différencier l'adolescence de l'âge adulte, telles que ne pas assumer les responsabilités adultes, l'exploration de l'identité, et le sentiment de transition.

Avec ce travail, nous avons l'intention de faire une analyse de la théorie de l'âge adulte émergent d'Arnett, la transposition de ses fonctions à la réalité portugaise dans la généralité et dans l'univers militaire en particulier. L'objectif principal de cette étude a pour but de découvrir la perception que les jeunes adultes militaires ont des marqueurs de transition vers l'âge adulte.

En particulier, elle avait pour but de faire une comparaison entre les jeunes adultes qui sont sous contrat et les jeunes adultes qui sont déjà en CDI (le contrat à durée indéterminée), à savoir, quelle est l'importance qu'ils accordent à la phase de développement qu'ils éprouvent par rapport à différents paramètres de leur vie (par exemple, avoir une relation amoureuse stable, la réussite professionnelle) ainsi que l'importance de l'examen de leur profession (actuelle ou future).

L'échantillon comprenait 121 participants, des deux sexes 68,60% d'hommes et 31,40% de femmes, âgés entre 18 et 30 ans, les trois classes de soldats (23,97% d'Officiers, 29,75% des sous-officiers et 46,28% des volontaires).

Mots-clés: âge adulte émergent; contexte militaire et l'équilibre entre le travail et la famille.

Índice

Resumo	V
Índice.....	VIII
Introdução	1
Parte I Enquadramento conceptual	1
Capítulo I O estudo da Transição para a Aduldez na Psicologia do Desenvolvimento.....	5
Capítulo II Contexto Histórico da Abordagem Psicológica da Transição para a Idade Adulta.....	11
2.1 Rituais de Transição para a Idade Adulta	12
Capítulo III Marcadores Tradicionais de Transição para a Idade Adulta	15
Capítulo IV Análise crítica da Teoria da Aduldez Emergente.....	19
Capítulo V O Contexto Português e a Teoria da Aduldez Emergente	25
5.1 A Influência do Sexo na Transição para a Idade Adulta	28
Capítulo VI A transição para a vida adulta num contexto militar.....	31
Parte II Estudo Empírico	34
Capítulo VII Justificação dos resultados.....	35
Capítulo VIII Caracterização da Amostra.....	39
Capítulo IX Instrumentos	43
9.1 Marcadores de transição para a idade adulta	43
9.2 Escala de esperança futura.....	50
Capítulo X Resultados.....	54

Capítulo XI Conclusão	70
Bibliografia Consultada	79
Anexos	85
Anexo I Instrumentos Utilizados	86
Anexo II Código de Honra das Forças Armadas	94

Índice de Tabelas

Tabela 1. Caraterização da amostra: sexo, estado civil, filhos, situação militar, trabalhador estudante e classe	39
Tabela 2. Caraterização da amostra: escolaridade dos pais	41
Tabela 3. Caraterização da amostra: classe social de origem	42
Tabela 4. Médias, desvios-padrão e correlação corrigida da subescala competências familiares.....	44
Tabela 5. Médias, desvios-padrão e correlações corrigidas dos itens da subescala transições normativas.....	45
Tabela 6. Médias, desvios-padrão e correlações corrigidas dos itens da subescala adesão às normas.....	46
Tabela 7. Médias, desvios-padrão e correlações corrigidas dos itens da subescala independência financeira	47
Tabela 8. Médias, desvios-padrão e correlação corrigida da subescala maturidade emocional	47
Tabela 9. Mínimos, máximos, medias e desvios-padrão das pontuações nas subescalas do MTIA	48
Tabela 10. Matriz de correlações entre as subescalas do MTIA.....	50
Tabela 11. Médias, desvios-padrão e correlação corrigida da subescala Caminhos/perspetivas	51
Tabela 12. Médias, desvios-padrão e correlação corrigida da subescala Iniciativa.....	52
Tabela 13. Mínimos, máximos, medias e desvios-padrão das pontuações nas subescalas da EF	52
Tabela 14. Saída de casa, co-habitação, idade adulta	54

Tabela 15. Médias, desvios-padrão e ANOVA da escala de marcadores de transição para a vida adulta em função do sexo.....	56
Tabela 16. Médias, desvios-padrão e ANOVA da escala de Esperança Futura em função do sexo	57
Tabela 17. Médias, desvios-padrão e ANOVA da escala de marcadores de transição para a vida adulta em função da situação profissional	58
Tabela 18. Médias, desvios-padrão e ANOVA da escala de Esperança Futura em função da situação profissional.....	59
Tabela 19. Médias, desvios-padrão e ANOVA da escala de marcadores de transição para a vida adulta em função de ser ou não trabalhador estudante.....	60
Tabela 20. Médias, desvios-padrão e ANOVA da escala de Esperança Futura em função de ser ou não trabalhador estudante.....	61
Tabela 21. Médias, desvios-padrão e ANOVA da escala de marcadores de transição para a vida adulta em função de considerar que já atingiu a idade adulta.....	62
Tabela 22. Médias, desvios-padrão e ANOVA da escala de Esperança Futura em função de considerar que já atingiu a idade adulta	63
Tabela 23. Proporção de concordância por item da subescala competências familiares	64
Tabela 24. Proporção de concordância por item da subescala transições normativas.....	64
Tabela 25. Proporção de concordância por item da subescala adesão às normas.....	65
Tabela 26. Proporção de concordância por item da subescala independência financeira	65
Tabela 27. Proporção de concordância por item da subescala maturidade emocional	66
Tabela 28. Considera que já atingiu a “idade adulta” vs sexo, filhos, saída de casa, situação profissional, coabitação e estado civil	67

Introdução

O ser humano, ao longo da sua vida está em constante desenvolvimento. Quando tentamos entender o que move o desenvolvimento humano verificamos que este se verifica através de uma panóplia bastante abrangente e complexa. Esta dissertação pretende avaliar a perceção de jovens adultos sobre a problemática da transição para a idade adulta, tendo como ponto de partida as noções que os jovens adultos têm sobre as variáveis centrais deste estudo, nomeadamente a forma como encaram a vida adulta. Nas últimas quatro décadas a compreensão sobre os processos de transição para a idade adulta tem suscitado muitos estudos, tendo como área principal de interesse os marcadores de transição para a idade adulta. No entanto, apesar do progressivo interesse depositado neste tema, quando nos debruçamos sobre a evolução, os problemas e os desafios na investigação sobre a transição para a idade adulta, os estudos demonstram que se devem continuar a explorar as variáveis associadas à transição para a idade adulta num contexto desenvolvimental, face às alterações de cariz sociodemográfico e económico contemporâneas, que parecem imprimir novas “direções” e “*timings*” às tarefas desenvolvimentais clássicas.

A investigação sobre a transição para a idade adulta foca-se naturalmente no período entre a adolescência e a idade adulta podendo destacar-se a proposta de Arnett neste campo de trabalho. Dentro desta linha de pensamento, Arnett (2001), criou um instrumento que avalia os marcadores de transição para a idade adulta, ao que o autor apelidou de *Questionnaire of Markers of Adulthood* – QMA. Este questionário foi, mais tarde adaptado para a população portuguesa por Mendonça, Andrade e Fontaine (2009) em jovens de idades compreendidas entre os 18 e os 30 anos (de idade).

Influenciada por vários aspetos do funcionamento biológico, social e psicológico é seguro afirmar que o conceito da transição para a idade adulta demonstra, de algum modo a

complexidade dos seres humanos, oferecendo, ao mesmo tempo uma visão sobre o desenvolvimento adaptativo dos seres humanos. É com base neste emolduramento que surge o nosso interesse na transição para a idade adulta.

Esta fase apresenta particularidades próprias, sendo caracterizada maioritariamente pela exploração da identidade, pela instabilidade, pelo auto focus e pela sensação de estar *in between*. A progressiva diminuição de rituais de “passagem” que marcam o acesso a fases distintas do desenvolvimento, o aumento da escolarização e o prolongamento da esperança média de vida, “imprimem” novas facetas características ao processo do desenvolvimento ao longo do ciclo de vida. Marcos outrora significativos (e. g. casamento, nascimento de filhos, entrada no mundo de trabalho em idades mais homogéneas entre grupos) deixam de ocorrer de modo uniforme na maioria dos países pós-industrializados. Alterações como estas levaram autores como Arnett e outros (e. g. Facio & Micocci, Shanahan) a particularizar uma “nova fase” de desenvolvimento nos países pós-industrializados (Arnett, 2000, 2004, 2010). Diversos estudos têm desde então procurado estudar este fenómeno e caracterizá-lo. Neste contexto surge a motivação desta tese no sentido de contribuir para o estudo da relação entre a transição para a idade adulta e a antecipação da vida futura, em sujeitos portugueses que optaram por uma carreira militar.

Este trabalho divide-se em duas partes. A primeira parte integra o enquadramento conceptual, no qual estão apresentados os princípios teóricos que o orientam. O primeiro capítulo é dedicado à revisão de trabalhos sobre o estudo da transição para a idade adulta numa perspetiva desenvolvimental. O segundo capítulo refere o contexto histórico do estudo da transição para a idade adulta. O terceiro capítulo apresenta uma revisão da definição da Adulter Emergente, proposta por Arnett com o intuito de confrontar os marcadores tradicionais com os “adaptados” correntemente, seguido de uma análise crítica das conceções do autor (Capítulo IV). No quinto capítulo fazemos uma breve “viagem” ao universo

Português e por último fazemos um estudo mais aprofundado da amostra, tendo em conta a transição para a idade adulta num universo militar.

A segunda parte contempla o estudo empírico, e é constituída por cinco capítulos distintos onde estão apresentados os objetivos, questões e hipóteses de investigação deste trabalho, seguindo-se a apresentação dos resultados e a discussão dos mesmos.

Parte I Enquadramento conceptual

Capítulo I O estudo da Transição para a Adulthood na Psicologia do Desenvolvimento

O estudo sobre o desenvolvimento humano em Psicologia, como noutras áreas, tem vindo a sofrer transformações ditadas pelas alterações sociodemográficas nos países industrializados contemporâneos. O prolongamento da esperança média de vida, a par com modificações no mercado de trabalho e novas e mais diversificadas exigências profissionais, contribuiu para que a “diversidade” de percursos de desenvolvimento nos jovens adultos (ou adulthood emergente) seja a norma.

Erikson, apontado como o primeiro autor a distinguir períodos distintos na idade adulta, sugeria que apesar de existirem duas subfases entre a adolescência e a idade adulta (idade adulta jovem e idade adulta), estas não seriam as únicas existentes durante esse período (Erikson, 1982). Ao caracterizar “oito idades” na vida do ser humano, Erikson defendeu que cada fase é caracterizada por uma sequência normativa de aquisições psicossociais. Para o autor cada idade é caracterizada por fases de crise, nas quais ou se progride ou se regride. Definiu, de uma forma mais concisa as seguintes idades: Confiança versus Desconfiança, Autonomia versus Dúvida e Vergonha, Iniciativa versus Culpa, Indústria versus Inferioridade, Identidade versus Difusão/Confusão, Identidade versus Isolamento, Generatividade versus Estagnação e Integridade versus Desespero. Expõe que estes períodos são dependentes de processos de desenvolvimento de personalidade e de processos sociais, bem como se mantêm ligados a processos somáticos (Erikson, 1968, 1982).

Relativamente ao período da idade da Identidade versus Isolamento (18/20-30 anos), Erikson (1968) sugere que os sujeitos sentem a necessidade de se identificarem com a identidade dos outros, estando já nesta fase preparados para serem íntimos com os outros. É nesta fase, segundo o autor, que os jovens adultos alcançam a capacidade de estabelecer

compromissos duradouros com os seus parceiros, a todos os níveis. É, de igual modo nesta fase que conseguem assumir, de um modo completo, as responsabilidades da vida adulta.

Um outro autor a caracterizar a idade adulta não como uma fase única, mas como um conjunto de períodos ou fases, foi Levinson (1977), dando-lhes o nome de *estações da vida do Homem*. A sua teoria refere que, quer o *self* quer o meio envolvente possuem um papel fundamental no desenvolvimento humano. É através das influências que o meio envolvente exerce sobre o sujeito, ou seja o leque de possibilidades e de constrangimentos que lhe são apresentados, que juntamente com as suas aspirações faz com que o sujeito construa o seu trajeto pessoal. No que concerne o desenvolvimento psicossocial dos jovens adultos existe uma sequência ordeira de períodos designada por *Estrutura de Vida* na qual existem quer períodos estáveis que, enquanto duram, são construídas *estruturas*, quer períodos de transição nos quais as *estruturas* pré-existentes são alteradas (Levinson, 1977). Defende a existência de *Eras* que atuam como um mapa do desenvolvimento humano, desde o nascimento até à terceira idade e refere que cada era tem uma função específica e que a transição entre eras é demorada e complexa (Levinson, 1977).

A Pré-Idade Adulta (*Preadulthood*) estende-se entre o nascimento e os 22 anos de idade e é a primeira era. Segue-se a Idade Adulta Jovem (*Early Adulthood*) que ocorre entre os 17 e os 45 anos. Entre ambas as eras existe um período de transição entre os 17 e os 22 anos de idade ao qual Levinson chamou de Transição da Idade Adulta Jovem (*Early Adulthood Transition*). Na segunda era o jovem deve criar uma estrutura que lhe permita estabelecer uma ligação entre o *self* e a sociedade adulta a que pertence. É nesta fase que o jovem se vai definir como um Adulto Novato (*Novice Adult*), tomando, neste período decisões sobre a sua vida profissional, pessoal e amorosa. Neste período de transição são necessários cerca de 15 anos para que os jovens adultos encontrem o seu lugar na sociedade adulta. Esta fase é vivida entre os 22 e os 28/29 anos de idade e apelida-se de Entrada no

Mundo Adulto, neste período, o jovem adulto vai executar duas tarefas fundamentais para o seu desenvolvimento, deixar o mundo pré-adulto e entrar no mundo adulto. Nesta fase de desenvolvimento, uma das tarefas pode sobrepor-se à outra, no entanto nunca deixam de existir completamente, sendo que o balanço entre elas pode ter variações. (Levinson, 1977).

Cerca dos 28/29 anos ocorre a Transição dos 30 Anos (*Age Thirty Transition*) que pode ocorrer até aos 32/33 anos de idade. Nesta fase, os jovens têm a possibilidade de dar um polimento à estrutura de vida idealizada anteriormente, verificar quais as suas falhas e trabalhar para que esta estrutura se torne o mais satisfatória possível para o período seguinte. A primeira tarefa dessa fase é o *Formar o Sonho*, determinar o tipo de vida que se quer ter enquanto adulto e integrá-lo na estrutura de vida. Nesta tarefa surgem duas figuras fundamentais para facilitar o seu trabalho no Sonho, o “Mentor” e a “Mulher especial”. A relação do jovem adulto com o “Mentor” é outra das tarefas principais desta fase. Geralmente, o “Mentor” é uma pessoa mais velha que o jovem adulto e com experiência no mundo em que o jovem está a entrar. Esta relação dura geralmente entre dois a três anos e, há medida que vai evoluindo, o balanço entre dar e receber torna-se cada vez mais equilibrado. A terceira tarefa fundamental da fase noviça é caracterizada pela escolha de uma profissão, o que normalmente se trata de um processo complexo. Esta tarefa prolonga-se para além da fase noviça (Levinson, 1977). A última tarefa da fase noviça prende-se com o casamento e constituição de família, este processo inicia-se na Transição da Idade Adulta Jovem e prolonga-se pelos períodos seguintes. Centrando o seu foco nos homens, o autor refere que a primeira tarefa de desenvolvimento é representada pela capacidade de desenvolver uma relação de adulto com o sexo oposto. Levinson (1977) defende que a relação do jovem adulto com a “mulher especial” é única e que esta é vista como um mentor, uma vez que facilita a entrada no mundo adulto e a sua busca do Sonho. Podemos supor que a “mulher especial” é

importante nesta transição uma vez que ao mesmo tempo pode dar apoio na transição e com o avançar da relação contribuir para a realização dos sonhos (e. g. casar e ter filhos).

A terceira era, denominada Meia Idade (*Middle Adulthood*) integra, juntamente com a segunda era, o período de Transição da Meia Idade que ocorre entre os 40 e os 45 anos de idade. A última era, Idade Avançada, (*Late Adulthood*) possui por sua vez um período de transição que se chama Transição para a Idade Adulta Avançada (*Late Adult Transition*) e sucede por sua vez entre os 60 e os 65 anos de idade. O autor refere que estas transições ocorrem de um conjunto de influências de fontes bio-psico-sociais (Levinson, 1977).

Na mesma linha de pensamento, Arnett (1998, 2000) propôs uma fase de desenvolvimento dentro da mesma faixa etária, a Idade Adulta Emergente (*Emerging Adulthood*), defendendo que é nesta fase que ocorre a entrada na idade adulta nos países industrializados contemporâneos. Na Adulthood Emergente pressupõe-se que os jovens experienciem diferentes papéis sociais, de uma forma diferente da Adolescência. Em termos amorosos expõe que uma das diferenças que ocorre entre a Adolescência e a Adulthood Emergente é que na Adolescência os encontros amorosos têm tendência a acontecer em grupos, enquanto na Adulthood Emergente ocorrem em pares sendo que a ideia principal destes encontros na Adulthood Emergente é a exploração da intimidade emocional e física (Arnett, 2000). Sugere que é nesta fase que os jovens adultos exploram várias formas de estar na vida e são estas experimentações que vão conduzir os jovens adultos à sua vida adulta. Apesar de referir que as contribuições de Erikson e de Levinson foram importantes para o estudo da Transição para a Vida Adulta, distanciam-se do conceito de idade adulta jovem. Postula que o uso dessa terminologia pressupõe que os jovens já atingiram a idade adulta e não o caminho para a alcançar. Considera, de igual modo que utilizar um período tão longo (18 aos 30 anos de idade) é limitativo. Propõe que se aplique o termo *Jovens Adultos* aos jovens na casa dos

trinta, expondo que a transição da idade adulta emergente para a idade adulta se intensifica no final dos vinte anos e princípio dos 30 anos de idade (Arnett, 2000).

A teoria da Aduldez Emergente de Arnett pode ser compreendida através de três fatores específicos, como os de natureza demográfica, de natureza identitária e de natureza subjetiva. Em relação ao primeiro fator (natureza demográfica), Arnett alega que esta fase de desenvolvimento humano é em parte, resultado do aumento da escolaridade e do adiamento das tarefas de conjugalidade e parentalidade. A terceira década da vida aparece com uma enorme variabilidade demográfica, que não se verifica antes dos 18 anos de idade e tem tendência a desaparecer após os 30 anos de idade, revelando uma certa normalização dos percursos. O segundo fator que Arnett destaca diz respeito às explorações identitárias nesta fase. Os jovens ensaiam uma série de opções, nomeadamente em termos profissionais e afetivos que se intensificam nesta fase e se irão transformar em escolhas e compromissos para a idade adulta. Nesta linha de interpretação será nesta fase que se dará uma intensificação das explorações identitárias iniciadas na adolescência, assumindo um caráter mais sério e duradouro. Para Arnett, a maior autonomia e liberdade em relação ao controlo parental e a ausência de compromissos típicos da entrada na idade adulta são aspetos fulcrais deste período e possibilitam aos jovens as condições ideais para a autoexploração. No que concerne as indagações ao nível profissional, permitirá aos jovens explorarem várias áreas de atividades, até descobrirem a sua “vocação”. O último fator apresentado por Arnett está relacionado com a natureza da perceção subjetiva do estatuto de adulto. Em estudos com jovens universitários dos Estados Unidos, 96% dos sujeitos inquiridos manifestaram um sentimento ambivalente no que diz respeito à sua perceção do estatuto de adulto, sentiam-se ao mesmo tempo ainda adolescentes, mas também adultos (Arnett 1998, 2000). O autor destaca ainda, que o sentimento de ambivalência se desvanece a partir dos 30 anos de idade.

A aduiter emergente é assim encarada – neste modelo – como resultado de forças culturais presentes em sociedades industrializadas e pós-industrializadas (Arnett, 1998, 2000, 2001, 2010); onde os princípios vigentes do individualismo tornaram as práticas de socialização mais flexíveis e diversificadas e a complexificação social induziu o adiamento de tarefas normativas de entrada na idade adulta.

Resumindo, quer Levinson (1977), quer Arnett (2000) refutam a existência de um único período de transição para a idade adulta, isto é a possibilidade de postularmos aspetos únicos, transversais a todos os sujeitos nestas idades, independentemente de outras variáveis, reconhecendo a necessidade de se centrarem os estudos no que diz respeito à transição para a idade adulta em jovens na casa dos trinta anos de idade. Arnett por sua vez, acredita que esses aspetos únicos que nos levam à percepção que os jovens estão a passar pela fase de desenvolvimento da aduiter emergente se encontram apenas em jovens de sociedades contemporâneas pós-industrializadas.

Capítulo II Contexto Histórico da Abordagem Psicológica da Transição para a Idade Adulta

A partir do final do século XIX e início do século XX os estudos de cariz psicológico sobre o desenvolvimento humano intensificaram-se e a adolescência começa a ser entendida como uma fase particular de desenvolvimento humano, entre a infância e a vida adulta. Os adolescentes trabalhavam de uma forma igual aos adultos, não havendo qualquer distinção entre eles. No final do século XIX havia uma enorme diferença entre os sexos, enquanto os rapazes atingiam a vida adulta pela inserção no mundo laboral, adquirindo assim a sua independência financeira, as raparigas atingiam a idade adulta pelo casamento, deixavam de depender do pai para passarem a depender de um marido (Arnett, 2004; Torres, 2004; Wall, 1995).

Podemos atribuir a Erikson (1950, 1968) o estudo inicial sobre a transição para a idade adulta. Na sua teoria sobre o desenvolvimento humano ao longo da vida não especificou um estado semelhante ao da adulez emergente, no entanto, referiu o conceito de *Prolonged Adolescence*, característica das sociedades industrializadas e de moratória psicossocial. Ainda que muito raramente este autor especifique idades, não parece ter incluído um período distinto análogo à adulez emergente onde, “através da livre experimentação de papel [o jovem] poderá encontrar um nicho em alguma secção da sociedade” (Erikson, 1968, p.156) ou ainda, um “compasso de espera nos compromissos adultos e um período que se caracteriza por uma tolerância seletiva por parte da sociedade e uma atividade lúdica por parte do jovem” (Erikson, 1968, p. 157). O reconhecimento deste conceito leva-nos a crer que, apesar de não existir uma designação específica, o autor admitiu a presença de um período distinto entre a adolescência e a idade adulta, durante o qual se verifica um adiamento dos compromissos dos adultos, uma experimentação de papéis.

Anteriormente às concepções de Arnett sobre a teoria da adultez emergente, outros autores na psicologia do desenvolvimento abordaram a questão. Levinson (1977), por exemplo, realizou um trabalho com homens de meia-idade. Desenvolveu, através das descrições desses homens sobre como eram quando mais jovens, uma teoria que incluiu adolescentes tardios e jovens adultos. A *Novice Phase of Development* que decorria, segundo o autor entre os 17 e os 33 anos de idade, tinha como tarefa principal a entrada na vida adulta e a construção de uma estrutura de vida estável. Sendo esta fase caracterizada pela experimentação de papéis, pela instabilidade e pelas inúmeras possibilidades, quer a nível pessoal / afetivo, quer a nível profissional (Levinson, 1977). Uma lacuna que podemos apresentar ao trabalho realizado por Levinson deve-se ao facto deste ter trabalhado somente com homens e não com mulheres o que nos pode levar a questionar se ambos os sexos vivenciam esta fase da mesma forma.

Apesar das contribuições de Erikson (1950, 1968) e Levinson (1977) terem sido valiosas para o estudo da adultez emergente, temos que ter em conta que desde a altura em que os autores fizeram o seu estudo, a natureza do período descrito sofreu alterações profundas (Arnett, 2000a).

2.1 Rituais de Transição para a Idade Adulta

Na maior parte das sociedades primitivas existem cerimónias, estranhas aos olhos dos ocidentais, que introduzem os adolescentes na sociedade dos adultos. (...) Estes ritos podem ser de curta duração ou desenrolar-se durante vários anos; podem realizar-se por ocasião de uma cerimónia simples ou exigir manifestações importantes, que necessitem de construções especiais e de longos preparativos, podem ser celebrados durante uma festa alegre ou em cerimónias impressionantes que implicam provas perigosas, ridicularizações físicas e toda uma cirurgia ritual como a limagem dos dentes, as escarificações, a circuncisão, etc. (...). A literatura etnológica revela a existência, em variadíssimas tribos, de rituais pubertários em que a ideia de renascimento, quer seja através da reprodução simbólica do nascimento ou de um psicodrama muito complicado, ocupa um lugar central (...). O acesso a uma vida nova no termo da iniciação é, muitas vezes, reforçado pela atribuição de um nome novo, diferente do

da infância, ou pela reaprendizagem dos gestos outrora familiares (...). A iniciação introduz o adolescente no domínio das regras sociais e culturais e assegura o reconhecimento por parte dos outros membros da sociedade.

(In Claes, 1990, pp. 36-46)

Os rituais de passagem são bastante importantes em praticamente todas as culturas, principalmente as culturas mais primitivas. De um modo geral estes rituais de passagem para a idade adulta serviam para preparar os jovens para se tornarem membros ativos da sua comunidade testando os seus limites de resistência e sobrevivência, preparando-os assim para as dificuldades resultantes da entrada na vida adulta.

Seguindo a análise de Ferreira e Nelas (2006), encontramos cerimónias de iniciação na idade adulta constituídas por representações simbólicas da morte e da ressurreição, cuja finalidade consistia em levar os jovens a consciencializarem-se que seria altura para abandonarem a vida “irresponsável” da infância e ressuscitar para a vida de deveres e “responsabilidades” dos adultos. Entre os mais relatados encontram-se as cerimónias mágicas ou religiosas, nas quais o iniciado era abençoado. A separação da família, os testes de força e resistência, as mutilações corporais, a escarificação, o afiar dos dentes, fazer tatuagens, revelam os marcadores tradicionais específicos da passagem para a vida adulta de cada cultura.

Nas sociedades primitivas, determinadas fases da vida eram marcadas por rituais de iniciação. Em algumas sociedades o primeiro ritual dava-se com o nascimento, o recém-nascido era apresentado à sua família e só então era pronunciado pela primeira vez o seu nome. Um segundo ritual ocorria ao atingir a puberdade, para os rapazes existiam cerimónias que podiam ir desde a primeira caçada e morte de um animal ao corte do prepúcio. A finalidade destes rituais era derramarem sangue que para eles significava que juntavam o seu sangue aos dos seus antepassados e dessa forma tornavam-se um só com eles. Nas raparigas o

ritual surgia imediatamente após a primeira menstruação, o que indicava que já estavam prontas para contrair casamento. O derramar de sangue implicava que estes jovens (quer rapazes, quer raparigas) estavam aptos para contribuir ativamente para a sociedade.

Nos nossos dias os rituais de passagem para a idade adulta, nas sociedades pós-industrializadas, já não ocorrem da mesma forma e não estão envoltos em atos de violência. Podemos referir os bailes de debutantes como um exemplo de um ritual de transição para a idade adulta dos dias de hoje, em que os jovens são apresentados formalmente à sociedade. A apresentação de rituais de transição para a idade adulta pretende demonstrar que estes sofreram uma evolução ao longo dos tempos. Julgamos ser de alguma ajuda explicar o que acontecia anteriormente, para se perceber o modo como os “rituais” foram sendo alterados e a sua evolução até aos dias de hoje.

Capítulo III Marcadores Tradicionais de Transição para a Idade Adulta

Nas teorias clássicas do estudo da transição para a Idade Adulta é utilizada com alguma regularidade a sistematização dos acontecimentos importantes, também conhecidos como marcadores de transição. Levinson (1977) definiu os grandes momentos da vida como “eventos marcadores” (*marker events*). Autores como Furstenbergg, Kennedy, McLoyd, Rumbaut e Settersten (2004) chegam mesmo a defender que a ocorrência desses marcadores implica o fim dessa fase de desenvolvimento.

Como já referimos, atualmente, temos assistido a alterações profundas no processo de alteração para a vida adulta, nas sociedades pós-industrializadas, que podem ser explicadas por diversos fatores, quer sejam eles políticos, económicos ou sociais. As características dos mercados de trabalho dos países industrializados dos nossos dias têm levado a uma especialização maior por parte dos jovens o que conseqüentemente faz com que comecem a integrar os mercados de trabalho cada vez mais tarde, o que por sua vez leva a que estes jovens saiam cada vez mais tarde da dependência dos seus pais.

Guerreiro e Abrantes referem que “os jovens, embrenhados em trajetos escolares e académicos prolongados e demonstrando ambições crescentes de cariz hedonista ou consumista, não encaram a hipótese de se casarem ou terem filhos, pelo menos, antes dos 25 anos” (Guerreiro & Abrantes, 2007, p. 101). Se considerarmos a situação atual de Portugal, de certo modo o que os autores referem não será assim tão simples. Nos nossos dias a hipótese de casar e ter filhos antes dos trinta não é vista da mesma forma que em 2007, ou seja, com a crescente taxa de desemprego jovem de Portugal, as propostas de trabalhar num país estrangeiro (e. g. melhores condições de trabalho, melhor salário), fazem com que nem sempre casar e ter filhos antes dos trinta possa ser uma escolha voluntária. Neste contexto, os marcadores que tradicionalmente representavam a entrada na idade adulta, tais como a

conclusão dos estudos, o casamento e a parentalidade, não assumem mais os contornos que assumiam inicialmente.

Considerando estas alterações, Arnett (1998, 2000, 2001, 2004) sugeriu a particularização de uma nova fase desenvolvimental entre a adolescência e a idade adulta a qual apelidou de *Adulter Emergente*. Esta fase é definida como um período mais ou menos extenso, situado entre os 18 e os 29 anos de idade, no qual os sujeitos já não são adolescentes mas ainda não têm as características para serem “considerados” adultos, tais como, ser financeiramente independentes, terem concluído os estudos, estarem numa relação duradoura, ter um trabalho estável. Para Arnett “a adulter emergente, não é nem adolescência, nem idade adulta, mas sim teórica e empiricamente distinta de ambas. A adulter emergente distingue-se pela relativa independência entre papéis sociais e expectativas normativas, tendo deixado a dependência da infância e adolescência e, não tendo ainda aceitado as responsabilidades duradouras normativas na idade adulta” (Arnett, 2000b, p.469).

Os estudos sobre a transição para a idade adulta têm-se focalizado preferencialmente na análise de marcadores demográficos que assinalam a entrada na idade adulta, tais como: finalização dos estudos, entrada no mercado de trabalho, independência financeira / saída da casa dos pais, casamento e parentalidade. Tal como já foi referido, atualmente, nos países pós-industrializados, essas alterações estão a acontecer de uma forma generalizada mais tardiamente e com contornos mais subtis (Arnett, 2004). Os estudos mostram-nos que se fizermos uma comparação da geração dos jovens adultos Portugueses dos dias de hoje com a geração dos jovens adultos Portugueses dos anos 60/70 poderemos ver mudanças relativas. Por exemplo na geração dos anos 60/70, em Portugal, com 21 anos os jovens já eram na sua maioria casados, ou já tinham filhos ou estavam para ter, já tinham concluído os estudos ou estavam para os concluir, eram financeiramente independentes uma vez que já tinham um emprego com estabilidade, no caso dos homens ou eram predominantemente domésticas, no

caso das mulheres (INE, 2012). Na geração dos jovens adultos de hoje, os jovens portugueses com 21 anos ainda não concluíram os estudos, ainda não saíram definitivamente da casa dos pais, não são casados, muitos deles não têm uma relação amorosa duradoura, nem um emprego estável (Arnett, 2004). É claro que a situação atual de Portugal não se compara à situação vivida nos anos 60/70. No final dos anos 70 e princípio dos anos 80, Portugal tinha trabalho e estava em crescimento. O que não acontece nos dias de hoje, o país está a passar uma grave crise económica e financeira o que faz com que os jovens adultos de hoje não tenham as mesmas hipóteses que tinham nos anos 70 e 80.

Bell e Lee (2006), propõem seis marcadores de transição para a idade adulta: a primeira paragem nos estudos a tempo inteiro, a primeira saída da casa dos pais, o primeiro trabalho a tempo inteiro, a primeira relação que inclua coabitação, o primeiro casamento e o nascimento do primeiro filho. Já Clark (2007) e Rumbant (2007) não fazem distinção entre a primeira relação de coabitação e o primeiro casamento, definindo assim cinco marcadores de transição para a idade adulta.

Na mesma linha de investigação, i.e., a preocupação em compreender que tipo de marcadores se adequa às gerações contemporâneas para analisar o desenvolvimento após os “clássicos” anos da adolescência, Westenberg (2004) entrevistando jovens suecos com idades entre os 16 e os 29 anos sugere que os jovens que já vivenciaram todos os marcadores tradicionais (conclusão dos estudos, casamento, independência financeira, filhos) consideram-nos menos importantes do que os jovens que ainda não os vivenciaram, para a determinação do estatuto de adulto. Os dados são interpretados pelo facto de alguns dos marcadores tradicionais não serem estanques, ou seja, um casamento pode ser seguido de um divórcio, o que pode originar um regresso a casa dos pais. O único marcador que parece fazer a exceção é a parentalidade, parecendo ser este o critério mais referido para definir (pelos próprios) a entrada na vida adulta.

O nível socioeconómico surge (na literatura da especialidade) como fator com significância na forma e momento como os sujeitos se avaliam como adultos. Estudos como os de Furstenberg e colaboradores (2004) e Reitzel (2010) sugerem que a adoção de papéis de adulto ocorre de uma forma mais precoce em sujeitos de nível económico e social mais desfavorecido, do que em sujeitos de nível social e económico mais favorecidos. Este aspeto pode dever-se ao facto de que sujeitos de níveis sociais e culturais mais desfavorecidos têm que aprender mais cedo a “sobreviver” do que os jovens de meios sociais e económicos mais favorecidos.

Capítulo IV Análise crítica da Teoria da Aduldez Emergente

A teoria da aduldez emergente apresentada por Arnett (1998) tem sido alvo de várias críticas (e.g., Bynner, 2005; Côté & Bynner, 2008; Hendry & Kloep, 2010), contribuindo para o desenvolvimento da investigação sobre a temática.

Hoje, os jovens apostam preferencialmente em formações pós-secundárias, a mudança de emprego tornou-se mais normativa e a troca de parceiro amoroso e de residência acontece com mais frequência e facilidade ao longo da segunda década de vida do que em qualquer outra fase desenvolvimental (Arnett, 1998, 2000, 2004).

Bynner (2005) critica a perspetiva normativa do desenvolvimento adotada por Arnett. Contrapõe que se a aduldez emergente surge como consequência do adiamento de tarefas normativas de entrada na idade adulta, continua a ter como objetivo final a concretização dessas tarefas. Logo a passagem para a idade adulta continua a ser definida de acordo com os marcadores sociais tradicionais. Embora concordando com o argumento de Arnett de que as mudanças sociais, económicas e demográficas na última metade do século passado resultaram em mudanças dramáticas que ocorrem durante o final da adolescência e início dos vinte e poucos anos para a maioria das pessoas nos países industrializados. Argumenta que faz mais sentido que este período seja dividido em dois, adolescência (10-17 anos de idade) e idade adulta emergente (18-25 anos de idade). Uma vez que a maioria das pessoas, nos dias de hoje, termina a sua educação, obtém um emprego estável, casa e, tem o seu primeiro filho muito mais tarde do que acontecia no passado.

Na mesma linha de pensamento, Côté e Bynner, (2008), num estudo sobre as alterações da transição para a idade adulta no Reino Unido e no Canadá, dedicam especial atenção aos processos de exclusão na educação e no trabalho, que impedem os jovens de alguns contextos socioeconómicos de experimentar os processos de desenvolvimento que Arnett presume ser um benefício para todos os adultos emergentes. Além disso, este estudo

oferece uma alternativa ao modelo de Arnett, identificando as condições económicas e sociais que poderão produzir a transição prolongada para a idade adulta, tais como pertencer a famílias economicamente favorecidas e de elevado estatuto social. Os autores argumentam que esse hiato no ciclo de vida, que é cada vez mais referido como a idade adulta emergente, pode ser melhor explicado em termos de alterações das condições económicas levando a uma diminuição do estatuto social dos jovens, contribuindo para trajetórias cada vez mais precárias e em termos da redução dos marcadores sociais da vida adulta associados com o processo de individualização.

Tanner (2006) é também uma das vozes críticas à teoria da adulter emergente de Arnett. Tendo em linha de pensamento a perspectiva de *life span*, se a adulter emergente é realmente uma nova fase desenvolvimental, não podem ser tidos só em conta os seus aspetos intrínsecos, mas sim quer os períodos que a antecedem, quer os períodos que a sucedem. A autora propõe o conceito de *recentering* como o processo de ganhos que os jovens adultos possam ter em termos de eficiência adulta. O *recentering* envolve um processo em que os adultos emergentes vão conquistando a sua “autosuficiência”, transitando da dependência parental para a autonomia da vida adulta. O comportamento que era regulado pelos outros passa a ser da sua responsabilidade, havendo deste modo uma mudança no sentido do poder e da responsabilidade entre o adulto emergente e o seu contexto de desenvolvimento. Para Tanner, o processo de *recentering* é conceitualizado como um procedimento em três fases, durante as quais os adultos fazem a transição de adolescentes dependentes para jovens adultos independentes. O conceito de *recentering* poderá edificar uma importante ajuda na explicação desta fase de desenvolvimento humano, apesar de ainda necessitar de validação empírica, uma vez que através do *recentering* os jovens aprendem a ter um maior autocontrolo e um maior sentido de responsabilidade, fatores que Tanner considera essenciais

para a compreensão da variabilidade existente nas trajetórias desenvolvimentais (Tanner, 2006).

Também Hendry e Kloep (2010), se insurgem contra a proposta de Arnett. Num artigo que analisa a sua teoria da aduldez emergente tentaram verificar se existem pontos comuns, pontos de confronto e uma potencial integração entre as interpretações das transições da adolescência para a idade adulta de Arnett e as deles próprios. Discordam de Arnett quando este diz ser necessário criar uma nova fase de desenvolvimento. Para eles as teorias baseadas na idade, como é o caso da teoria de Arnett, descrevem, mas não conseguem explicar o desenvolvimento humano e, portanto, não conseguem preencher os critérios necessários para uma boa teoria. No entanto, sugerem que seria possível mesclar a teoria da aduldez emergente de Arnett com o seu próprio modelo, uma vez que esta teoria fornece ilustrações de desafios de desenvolvimento dentro de um período até então negligenciado do desenvolvimento humano. Para os autores, Arnett não se deveria referir a um período específico de aduldez emergente, mas vários, consoante as variáveis a que os jovens estão sujeitos (e. g. contexto cultural, nível de escolaridade e classe social). Arnett contrapõe que o seu ponto de vista e o de Hendry & Kloep divergem, em termos globais, para as conceções de períodos do desenvolvimento humano, incluindo o da aduldez emergente. No entanto, apesar de existirem diferenças em ambas as perspetivas, existe, de igual modo uma importante base comum; tanto Arnett como Hendry e Kloep concordam que a vida dos jovens de 20 e poucos anos, nas sociedades pós-industrializadas, mudou dramaticamente nas últimas décadas, em direção a uma passagem mais longa e menos estruturada para a vida adulta, incluindo mais educação e formação e no adiamento da idade do casamento e da parentalidade.

Alguns estudos (Guerreiro & Abrantes, 2007; Osgood, Ruth, Eccles & Barber, 2005; Reitzel, 2010) reforçam a tese que temos vindo a referir, de que diferentes percursos de transição para a idade adulta encontram-se associados a diferenças socioeconómicas e

educacionais. Ou seja, constata-se que a maior presença de comportamentos exploratórios e investimentos na educação, encontram-se, na maior parte dos casos, em sujeitos de meios económicos e/ou educacionais médios e elevados. Logo, torna-se expectável assumir que o modelo de Arnett não seja aplicável de igual forma a todos os grupos sociais.

Outros autores porém, são críticos quanto ao aparecimento de um estágio único, próprio da adultez emergente, pelo facto de este implicar a existência da heterogeneidade nesta população de adultos emergentes, bem como nos seus componentes estruturais. Esta fase poderá ser melhor explicada através de barreiras económicas, da estruturação normativa da sociedade, bem como as características individuais para superar essas barreiras (Côté & Bynner, 2008). Torna-se fundamental ter em conta as interações de vários elementos, como por exemplo as experiências individuais de vida, os relacionamentos, as mudanças económicas e sociais, as forças estruturais, o mercado de trabalho, de forma a entender a diversidade de respostas para os períodos de mudança, incluindo a transição para a adultez (Hendry & Kloep, 2010).

Outra inconstância apontada à teoria de Arnett tem a ver com a falta de estudos que analisem as influências de variáveis socioeconómicas, culturais e educacionais, fora dos Estados Unidos. Se verificarmos os estudos de Arnett foram praticamente sempre feitos nos Estados Unidos, em jovens universitários de classe média e de raça branca. Numa tentativa de colmatar essa falha, Arnett (2004) apoiando-se em estudos sobre a adultez emergente realizados por colegas europeus (e.g. Douglass, 2007; Ravn, 2005), verificou que os seus grupos de estudo demonstravam as mesmas mudanças que estudos realizados na República Checa, Espanha e na Noruega.

Para Arnett (2010), a adultez emergente caracteriza-se pelo adiamento dos tradicionais papéis de adulto por explorações identitárias, e pela instabilidade gerada por essas explorações. Isto leva a supor que o adiamento das transições normativas pode estar

dependente de fatores distintos, com consequências desenvolvimentais diferenciadas: pode corresponder, por um lado, a uma escolha pessoal por um período de experimentação, tal como é sugerido pelo autor, ou pode, por outro lado, dever-se a constrangimentos sociais dificilmente controláveis que impedem ou dificultam o acesso a esses papéis.

A teoria da adulter emergente tem sido “atacada”, referem que Arnett não poderia extrapolá-la para fora do contexto em que o autor fez as investigações. No entanto, algumas pesquisas realizadas em diferentes países, sugerem que um grande grupo de jovens em diferentes países experiencia o estágio que Arnett defende (e.g., Facio & Micocci, 2003, Maysless & Scharf, 2003), dando suporte à sua tese.

Facio e Micocci, (2003), realizaram um estudo que segue a linha de pensamento de Arnett, junto de adolescentes Argentinos. Examinando as concepções da vida adulta emergente entre os argentinos nos seus vinte e poucos anos, os resultados deste estudo confirmam a presença de critérios individualistas na transição para a vida adulta, mas também de critérios que sugerem valores mais coletivos. Os autores concluíram que a idade adulta emergente é um período distinto de desenvolvimento, tendo por base a diversidade demográfica e o facto que a maioria dos entrevistados achava que ainda não tinham atingido a idade adulta.

Maysless e Scharf (2003), num estudo sobre a associação entre representações de vinculação e mecanismos de *coping*, em adolescentes Israelitas, para lidarem com três tarefas de desenvolvimento da adulter emergente (sair de casa, ter uma relação de intimidade duradoura e desenvolvimento individual). Realizaram uma entrevista de vinculação de adultos a 88 adolescentes do sexo masculino no seu último ano do liceu. Um ano depois, os mesmos adolescentes fizeram um relato sobre a sua adaptação ao serviço militar obrigatório. Três anos mais tarde, os participantes e os seus pais realizaram uma entrevista em profundidade sobre a capacidade dos adolescentes para a intimidade e sobre o seu desenvolvimento individual.

Os resultados destacam a importância das representações de apego na formação da trajetória de desenvolvimento de um indivíduo. Nas conclusões verificou-se que quanto maior a vinculação, melhor a capacidade de lidar com várias tarefas de desenvolvimento da adultez emergente da vida adulta emergente. Os autores complementaram a pesquisa numa cultura diferente (América do Norte) que examinou uma transição para um contexto diferente (frequentar a faculdade), os resultados atestaram a importância da vinculação em lidar com a transição de sair de casa, uma tarefa normativa de desenvolvimento dos jovens em muitas sociedades ocidentais.

Um estudo realizado por Osgood et al. (2005) sobre o papel da classe social e as perspectivas iniciais das transições positivas para a vida adulta parece ir ao encontro da conceptualização de Arnett. Neste estudo, os autores referem que os jovens percorrem vários caminhos em direção à vida adulta. Osgood et al. (2005) evidenciam que existe um prolongamento em termos de educação e formação da família. Nesta análise, os autores sustentam que as escolhas feitas pelos jovens são muitas vezes influenciadas quer pela classe social, quer pela própria família.

Em suma, a teoria da adultez emergente de Arnett, tem sofrido quer vozes críticas, quer vozes de aprovação. Enquanto autores como Bynner e Hendry e Kloep criticam o autor, referindo que a sua teoria é demasiado limitativa por ser centralizada em jovens adultos de países industrializados e os seus estudos serem realizados, na sua maioria com jovens universitários americanos. Autores como Facio e Micocci e Mayless e Scharf parecem vir ao encontro da sua teoria.

Capítulo V O Contexto Português e a Teoria da Aduldez Emergente

Em Portugal, os estudos sobre a juventude como uma parte integrante do desenvolvimento humano, intensificaram-se a partir de abril de 1974 (Torres, 2004; Wall, 1995), tendo aparecido um pouco por todo o país associações juvenis, muitas vezes ligadas direta ou indiretamente ao lado político do país. Os estudos sobre a transição para a idade adulta tinham o foco centrado mais numa abordagem sociológica e demográfica que se centralizava num conjunto de marcadores demográficos que serviam como intérpretes da transição para a idade adulta, como por exemplo ter independência financeira, viver sozinho, o casamento, a parentalidade, entre outros.

Arnett (2000) refere que a aduldez emergente é um período culturalmente construído, típico de países industrializados e pós-industrializados. Dentro destes parâmetros torna-se relevante avaliar de que modo esta fase tem expressão junto dos jovens portugueses. Hoje em dia, a sociedade portuguesa tem traços característicos deste período de desenvolvimento. Com o passar dos anos temos assistido a um aumento no tempo das trajetórias escolares e em paralelo a um adiamento dos processos de transição para o mercado de trabalho, idade de casar e nascimento do primeiro filho, principalmente em jovens com formação universitária

Num estudo sociológico sobre as transições dos jovens para a vida adulta, nomeadamente em termos da família e do trabalho, Guerreiro e Abrantes, (2007) identificaram as principais modalidades de passagem à condição de adultos características dos jovens portugueses, bem como as opções que os jovens encontram para fazer as transições para a idade adulta. Este estudo parece ir ao encontro da teoria da aduldez emergente de Arnett, na medida em que apresenta a existência de paralelos com os resultados obtidos noutros países envolvidos em estudos do mesmo âmbito, referindo as particularidades e semelhanças encontradas entre os jovens adultos de Portugal e os jovens de outros países europeus.

Para os jovens adultos de hoje, o futuro já não está tão bem traçado como era anteriormente, enquanto uns privilegiam uma relação romântica duradoura, outros apostam mais na realização profissional, pondo o lado pessoal em segundo plano, querendo em primeiro lugar obter independência financeira, para posteriormente pensar em constituir família (Rossi, 1997; Torres, 1996; Vasconcelos, 1998). Uma das mudanças mais significativas no que diz respeito às escolhas nesta fase de desenvolvimento prende-se com idades em que os jovens adultos pensam em constituir família. A tendência é para se esperar algum tempo, ou seja, a partir dos 25 anos, sendo que se podem verificar algumas alterações de acordo com a classe social dos jovens adultos (Rossi, 1997; Torres, 1996; Vasconcelos, 1998). Tem-se verificado, de igual modo que as alterações nos padrões sociais têm levado a que os jovens adultos tomem as suas decisões de uma forma mais autónoma, optando por seguir um caminho diferente, do que muitas vezes foi pensado para eles, em termos de realização pessoal, o que não se verificava há algumas décadas atrás (Cavalli, 1997; Torres, 1996; Vasconcelos, 1998). As conceções de vida foram-se alterando com o passar dos tempos. Os jovens na casa dos vinte já não veem o facto de casar, ter filhos e até uma casa, como marcadores da entrada na vida adulta. Para estas idades, a preocupação central é experienciar ao máximo esta fase da vida, pensam em assumir esses papéis de adultos, mas não nessa altura (Arnett, 2004). Os dados demográficos indicam que os jovens portugueses estão hoje mais relutantes em casar e ter filhos cedo. Desde os anos 90 que se tem assistido a um aumento gradual das idades de casamento e nascimento do primeiro filho, passando de uma média de idade do primeiro casamento de 26 anos em 1990, para 31 em 2011, para os homens e, de 24 anos de idade para 29 anos de idade, em relação às mulheres. No que diz respeito ao nascimento do primeiro filho passou de uma idade média de 24 anos de idade em 1990, para 29 anos de idade em 2011 (INE, 2012).

Segundo Guerreiro e Abrantes, “A juventude e a idade adulta continuam, em grande medida, a ser vistas como fases de vida bem diferentes, conferindo posições e disposições diferenciadas. Exceto em contextos muito localizados, a idade adulta continua a ser entendida, pelo menos ao nível dos valores e dos ideais, como um período de estabilidade profissional e familiar. O que acontece é que entre ambas, emerge um novo tempo, caracterizado por inúmeras indefinições e incertezas, mas também por certos traços distintivos. É neste sentido que parece apropriado, hoje em dia, entender a transição para a vida adulta como um percurso “a dois tempos”: um primeiro período isento de grandes preocupações e dedicado a experiências e aventuras, seguido por um período dominado pela estabilidade e pela responsabilidade, no qual se pensa em casar e ter filhos” (2007, p. 166). Num estudo longitudinal realizado sobre as transições dos jovens perante o trabalho e a família, realizado com jovens portugueses, entre os 18 e 30 anos de idade, de ambos os géneros sexuais, os autores identificaram as principais modalidades de passagem à condição de adultos características dos jovens portugueses. As suas expectativas e preocupações relativamente à obtenção de um emprego, e de que forma pensam conjugar a sua vida profissional com a sua vida pessoal. Este estudo estabeleceu, além disso, comparações com os resultados obtidos noutros países que realizaram estudos semelhantes, especificando as particularidades e semelhanças encontradas entre a população jovem de Portugal relativamente às dos seus pares europeus (Guerreiro & Abrantes, 2007). Este estudo pretendeu analisar a transição para a idade adulta dos jovens portugueses em três alçadas basilares: a educação, o trabalho e a família. Teve por base entrevistas de grupo focalizadas e entrevistas individuais aos sujeitos do estudo e obteve as seguintes conclusões: a de que os processos de transição para a vida adulta têm a tendência de se prolongarem no tempo, sendo por vezes problemático definir as suas fronteiras. O estudo evidenciou que o período de transição para a idade adulta tende a ser uma fase em si mesmo, marcado por condições,

oportunidades e dificuldades próprias, ao invés da ideia anterior que o sustentava como uma passagem simples entre dois estatutos. Outra conclusão desta pesquisa refere que os processos de transição para a vida adulta têm a tendência a ser diversificados, transformando-se em caminhos e projetos díspares não lineares e individualizados. Este estudo evidenciou, de igual modo, que estes padrões de transição não estão disponíveis a todos, tendo uma estreita ligação com as origens sociais, os meios culturais em que os jovens estão inseridos, as oportunidades de formação e emprego, os percursos de escolaridade, as redes de apoio informal, entre outros.

Mendonça et al. (2009) realizaram um estudo que teve como principal objetivo adaptar o instrumento de avaliação de marcadores de adulter desenvolvido por Arnett (2001) a jovens portugueses. Este estudo teve uma amostra de 224 estudantes universitários de ambos os sexos. Apesar deste estudo possuir algumas limitações (e. g. o estudo incidir somente em jovens universitários, as análises fatoriais confirmatórias foram realizadas sobre a mesma amostra) permitiu obter resultados que parecem ir de encontro com a teoria de Arnett. As autoras referem que Portugal partilha uma visão comum no que diz respeito à representação da idade adulta. Expõem que na atualidade a representação da idade adulta pelos jovens está assente maioritariamente em critérios de natureza psicológica minimizando critérios socialmente determinados

5.1 A Influência do Sexo na Transição para a Idade Adulta

O aumento da especialização e industrialização exigiu aos jovens que se especializassem nos seus estudos de modo a garantir um futuro mais promissor, dando força ao estudo da transição para a vida adulta. Tem-se vindo a verificar que com o passar dos anos a passagem para a vida adulta se tem feito de uma forma muito mais gradual e complexa. Este facto fez com que os estudos da transição para a idade adulta, ao contrário do que acontecia inicialmente, não estejam focados somente nas questões normalizadoras e centrais

desta passagem e sim mais na sua variabilidade (Shanahan, 2000). Podemos-nos questionar se pelo facto de se tornarem adultos em termos legais (atingir a idade adulta) e em termos biológicos (serem biologicamente capazes de conceber um filho), faz com que sejam adultos no sentido lato da palavra, isto é, se pelo facto de serem considerados adultos em alguns aspetos da sua vida o são totalmente.

Segundo Almeida, Guerreiro, Lobo, Torres, e Wall, “Portugal regista uma das taxas de atividade feminina mais elevadas da Europa, comparável à dos Países Nórdicos, e contrastando com outros países da Europa do Sul” (1998, p. 57). Contudo, no que diz respeito à divisão de tarefas domésticas, verificam-se elevadas assimetrias, no sentido de serem as mulheres as responsáveis pela maioria do trabalho doméstico, quando comparada com outros países europeus (Torres, 2004).

Vasconcelos (1998) realizou um estudo sobre atitudes de género nos jovens portugueses, nesse estudo verificou que a maioria dos jovens reconhece que as mulheres se devem afirmar socialmente, no entanto, quando questionados sobre a especialização feminina nas tarefas reprodutivas, os jovens optam por uma postura mais tradicional e referem que as mulheres devem dar primazia à vida familiar e ao papel de mãe, ao invés da realização profissional. Os jovens com menor escolaridade e oriundos de meios sociais mais desfavorecidos são os que possuem uma visão mais tradicional dos sexos, afirmando que existem diferenças entre os géneros, sendo essa a razão para desempenhar papéis diferentes. Nas classes mais favorecidas este tipo de opinião não é demonstrado de uma forma tão explícita, no entanto, a vida profissional tem tendência a sobrepor-se à vida familiar, não que não esteja nos planos de vida futura dos inquiridos, mas porque é vista como não envolvendo grandes responsabilidades, nem limitações da sua parte (Guerreiro & Abrantes, 2007). Em Portugal, a transição para a idade adulta é vivida de maneira distinta, em termos de oportunidades, para rapazes e raparigas, em dois momentos evidentes. Na adolescência as

raparigas destacam-se dos rapazes e conseguem integrar-se com maior facilidade e obter melhores resultados escolares. No entanto, a partir do momento que terminam os estudos e estão a entrar no mercado de trabalho e a constituir família, tendem muitas vezes a ser colocadas em situações discriminatórias e a viverem situações desfavoráveis, quer no âmbito familiar, quer no âmbito profissional (Guerreiro & Abrantes, 2007).

Em suma, através destes dados podemos verificar que apesar de já se ter evoluído bastante, ainda existe um longo caminho a percorrer para existir uma total igualdade na distribuição de tarefas entre homens e mulheres.

Capítulo VI A transição para a vida adulta num contexto militar

O direito a defender a pátria e a combater era, até há cerca de dois séculos atrás, exclusivo de indivíduos livres e do sexo masculino. Somente os homens eram considerados cidadãos, uma vez que a eles cabia o desempenho das tarefas militares e eram eles que detinham a capacidade de serem eleitos e de elegerem.

Mary Wollstonecraft (1792) foi a pioneira do início da libertação “da tirania do homem sobre a mulher”, com a sua obra intitulada “*Vindication of the Rights of Women*”. A partir de então, os movimentos feministas que se iniciaram nos Estados Unidos da América, depressa se alastraram à Europa e ao resto do mundo. A exclusividade de tarefas femininas e masculinas foi-se esbatendo e o papel da mulher na família foi sofrendo alterações como resultado da sua integração profissional em áreas tradicionalmente reservadas aos homens.

Nos dias de hoje a percentagem de mulheres nas Forças Armadas portuguesas é de cerca de 13%, estando representadas em 9% no caso da Marinha, 13% no Exército e 16% no caso da Força Aérea.

No caso de Portugal verificamos que não existem estudos centrados sobre a temática da transição para a idade adulta num universo militar, pareceu-nos interessante realizar um estudo sobre este universo devido à sua especificidade, ou seja estes jovens, ao contrário dos jovens civis da mesma idade, regem-se pelo código de Honra das Forças Armadas. Apesar de estarem numa idade de transição para a idade adulta já vivenciaram a maioria dos marcadores tradicionais de transição para a idade adulta (e.g. sair da casa dos pais, ser financeiramente independentes, casar, ter filhos). Nas sociedades contemporâneas o serviço militar baseia-se no regime de voluntariado. Em Portugal também vigora esse regime podendo no entanto após a entrada nas Forças Armadas optar-se por um regime de contrato que tem a duração máxima de 6 anos ou através de concursos candidatar-se ao quadro permanente.

Kelty e colaboradores (2010) realizaram um estudo com jovens adultos militares americanos. Neste estudo os autores analisaram quatro áreas abrangentes no estudo da transição para a idade adulta no universo militar. Começaram por analisar as características sociais dos jovens adultos que ingressaram na vida militar, tais como a idade, sexo, raça e etnia, classe social e orientação sexual. Em seguida analisaram a formação da família, interpretando de que modo a cultura militar influencia a altura do casamento e a parentalidade. Uma outra área analisada foi a área do emprego e educação. Finalmente os autores procuraram entender quais os perigos associados à vida militar em contexto de guerra. Relativamente às características sociais dos jovens militares o estudo concluiu que embora o serviço militar possa estar a desempenhar um papel maior na transição para a idade adulta em relação às mulheres e às minorias raciais e étnicas do que o fez no passado, ou seja nos dias de hoje, nos Estados Unidos já existe uma maior abertura à entrada das mulheres e das minorias raciais e étnicas nas Forças Armadas e poderá fazê-lo no futuro para os homossexuais, é menos inclusivo em todo o espectro socioeconómico do que era durante os períodos de serviço militar obrigatório em tempo de guerra, neste período (tempo de guerra) o que era importante era ter pessoas para combater, sem se “olhar” à sua classe económica. No que respeita à estrutura familiar o estudo revelou que a cultura militar pressiona os familiares a agirem de acordo com as normas que são impostas aos militares, uma vez que as ações da própria família refletem-se sobre o militar. A pressão é sentida por cônjuges e filhos, mas especialmente pelas esposas dos oficiais. Ao nível da educação e do emprego, verificaram que as Forças Armadas proporcionam melhores oportunidades de continuar os estudos e um salário mais elevado quando comparados com elementos civis da mesma idade. No que concerne aos riscos associados à vida militar em contexto de guerra o estudo concluiu que existe um aumento nos casos de stress pós traumático e de lesões cerebrais nos militares que estão ou estiveram destacados em missões de apoio no Iraque e no Afeganistão.

No caso português não possuímos dados concretos relativamente a todos os pontos do estudo americano, no entanto, com base em dados do Ministério da Defesa Nacional (2012) podemos referir o seguinte: relativamente às características sociais, as Forças Armadas portuguesas estão a desempenhar um papel importante a lidar com a transição para a idade adulta em relação às mulheres em comparação com o que fez no passado, uma vez que a partir do momento que foi autorizada a entrada das mulheres nas Forças Armadas não se fez distinção entre homens e mulheres, ou seja independente do sexo dependendo da sua formação, os homens e as mulheres desempenham exatamente as mesmas tarefas, auferindo o mesmo salário, no entanto, continua-se a verificar que as mulheres ainda estão representadas em menor número que os homens. Relativamente à estrutura familiar, regra geral, os jovens adultos militares começam mais cedo, quando comparados com jovens civis da mesma faixa etária, a formar uma família, abraçando de igual modo a parentalidade mais cedo, no entanto, no nosso estudo essa característica não se verificou, será uma hipótese a ponderar para estudos futuros, com outra população com as mesmas características (será específico desta população em particular ou também se verificará numa população mais abrangente). As Forças Armadas portuguesas, tal como as americanas, possibilitam mais oportunidades de continuação de estudos e os jovens adultos militares auferem melhores salários quando comparados com jovens civis da mesma faixa etária. Nas Forças Armadas existe o chamado Regime de Incentivos que possibilita aos militares o ingresso em cursos superiores, dispensa do serviço para assistir às aulas e realizar exames e acesso a bolsas de estudos (Decreto-Lei n.º 320/2007 de 27 de setembro).

Resumindo, as Forças Armadas portuguesas parecem ter semelhanças na forma como a transição para a idade adulta se desenrola com as Forças Armadas americanas. Acreditamos que o nosso estudo, embora sendo reduzido em termos de amostra, poderá contribuir para o processo de conhecimento da fase da adultez emergente no século XXI.

Parte II Estudo Empírico

Capítulo VII Justificação dos resultados

Os cálculos foram efetuados no pacote estatístico SPSS 19.0.

Na análise descritiva foram efetuadas médias e desvios-padrão para as variáveis intervalares e ordinais (itens das escalas), e frequências relativas e absolutas para as variáveis nominais (Reis, 1998).

Foi considerado o nível de significância de $p < .05$ (Howell, 2010) nas correlações. Por serem sensíveis ao tamanho da amostra fomos mais exigentes e consideramos significativas correlações com $p < .01$.

Para testar a existência de diferenças na distribuição de duas variáveis nominais foi usado o teste de Qui-quadrado (χ^2). O teste de Qui-quadrado pressupõe que na tabela de contingência nenhuma célula tenha frequências esperadas inferiores a 5, quando tal aconteceu efetuamos a agregação de categorias sempre que o seu conteúdo tinha sentido teórico (Reynolds, 1984).

Foi estudada a presença de dados omissos nas respostas às escalas. Os dados omissos foram analisados na sua incidência e distribuição, por item e por sujeito (Allisson, 2002). Foi calculado o *Little MCAR test* que é um teste de Qui-quadrado para verificar a completa aleatoriedade dos dados omissos (MCAR- *missing completely at random*). Se o valor de p não for significativo então podemos assumir a completa aleatoriedade dos dados omissos (Little, 1988). Para estimação dos dados omissos foi usado o método *expectation-maximization algorithm* (EM) desenvolvido por Dempster, Laird, e Rubin (1977), disponível no SPSS 19.0.

O uso de provas paramétricas pressupõe que as variáveis tenham distribuição normal e que se verifique homocedasticidade entre os grupos a comparar.

A distribuição das variáveis foi estudada através da inspeção visual dos histogramas e foram calculadas a assimetria estandardizada (AE=assimetria/erro da assimetria) e a curtose estandardizada (CE=curtose/ erro da curtose). Se a AE e a CE forem inferiores a dois, assumimos a proximidade da distribuição observada à curva normal (Cramer, 1997). Numa das subescalas a assimetria foi acentuada e, por isso, optámos pela transformação logarítmica (\log_{10}) (Tabachnick & Fidell, 2006).

Foram estudados os valores *outliers*. Foram considerados *outliers* valores superiores que se distanciassem da média $2,5DP$ ($-2,5DP < M < 2,5DP$) (Hair, Anderson & Tatham, 1995). Os *outliers* detetados foram sujeitos a winsorização (Howell, 2011).

A homocedasticidade ou igualdade de variâncias foi testada com recurso ao teste de Levene. Se este teste for estatisticamente significativo então existe heterocedasticidade.

Para testar diferenças entre médias de uma variável intervalar nos níveis de uma variável nominal (e.g. “sexo” vs. “competências familiares”) foi usada a prova estatística ANOVA (Análise de Variância) (Hair e colaboradores, 1995). Nos casos em que foi observada heterocedasticidade ou que os grupos a comparar tinham tamanhos muito distintos, foi considerada a correção de Brown-Forsythe (Vallejo & Escudero, 2000). Quando os requisitos para a utilização da ANOVA não estavam cumpridos esta foi substituída pela prova não paramétrica Kruskal-Wallis (Howell, 2010).

A avaliação do grau de associação entre duas variáveis foi calculada através da correlação de Pearson (Howell, 2011).

O contributo para o estudo psicométrico das escalas de Marcadores de Transição para a Idade Adulta (Arnett, 2001, adaptado por Mendonça, Andrade & Fontaine, 2009) e escala de Esperança Futura (Snyder e colaboradores, 1991, adaptado por Pais-Ribeiro, Pedro & Marques, 2006) foi dado com o cálculo da consistência interna da escala e com o cálculo da homogeneidade dos itens.

Relativamente à homogeneidade dos itens, diz-se que um item é homogéneo comparativamente a um teste que tende a medir o mesmo que os restantes itens do teste (García-Cueto, 1993). O índice de homogeneidade é obtido através da correlação do item com o teste quando é eliminada a influência desse item da pontuação total do teste (correlação item-total corrigida) (Muñiz, 2003; Vallejo, Sanz & Blanco, 2003). Outra designação encontrada na literatura para esta medida é a de índice de discriminação (Muñiz, Fidalgo, García-Cueto, Martinez & Moreno, 2005). Na palavras de Muñiz (2003) diz-se que um item tem poder discriminativo quando se distingue entre sujeitos que obtêm pontuações altas num teste e aqueles que obtêm pontuações baixas.

A consistência interna foi avaliada através do alfa de Cronbach que é também a melhor estimativa da fidelidade (Anastasi, 1990; Cronbach, 1951; Nunnaly, 1978).

DeVellis (1991) propõe uma classificação detalhada para interpretação do alfa de Cronbach:

- Alfa < .60 → inaceitável
- .60 < alfa < .65 → indesejável
- .65 < alfa < .70 → minimamente aceitável
- .70 < alfa < .80 → respeitável
- .80 < alfa < .90 → muito bom
- .90 < alfa → ponderar redução do nº de itens

O estudo que se apresenta no próximo capítulo tinha como objetivo principal a exploração da transição para a idade adulta em jovens adultos.

Utilizando a escala de Marcadores de Transição para a idade adulta (Arnett, 2001, adaptado por Mendonça et al., 2009) e a escala de Esperança Futura (Snyder e colaboradores, 1991, adaptado por Pais-Ribeiro, Pedro & Marques, 2006) utilizamos os seguintes objetivos para orientarmos o nosso trabalho:

O1: Verificar se todos os marcadores de transição para a idade adulta propostos por Arnett (2001) continuam válidos;

O2: Avaliar se existiam diferenças entre os sexos na transição para a idade adulta;

O3: Avaliar se existiam diferenças entre os membros da amostra que só trabalhavam e os membros da amostra que eram trabalhadores-estudantes;

O4: Avaliar se existiam diferenças entre militares do quadro permanente e militares do regime de contrato, em termos do seu futuro;

O5: Verificar quais os marcadores de transição para a idade adulta que os inquiridos valorizavam e os que desvalorizavam.

Capítulo VIII Caracterização da Amostra

Tabela 1. Caraterização da amostra: sexo, estado civil, filhos, situação militar, trabalhador estudante e classe

	Sexo					
	Masculino		Feminino		Total	
	<i>n</i>	%	<i>n</i>	%	<i>n</i>	%
Estado civil						
Solteiro	60	72,29	24	63,16	84	69,42
Casado	15	18,07	9	23,68	24	19,83
União de facto	6	7,23	4	10,53	10	8,26
Separado/divorciado	2	2,41	1	2,63	3	2,48
Outro	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Filhos						
Sim	13	15,66	6	15,79	19	15,70
Não	70	84,34	32	84,21	102	84,30
Situação						
Quadro permanente	33	39,76	11	28,95	44	36,36
Contrato	50	60,24	27	71,05	77	63,64
Trabalhador estudante						
Sim	19	22,89	13	34,21	32	26,45
Não	64	77,11	25	65,79	89	73,55
Classe a que pertence						
Oficiais	18	21,69	11	28,95	29	23,97
Sargentos	26	31,33	10	26,32	36	29,75
Praças	39	46,99	17	44,74	56	46,28
Total (sexo)	83	68,60	38	31,40	121	100,0

Na Tabela 1 apresentamos a distribuição da amostra pelo estado civil, ter ou não filhos, situação profissional (quadro permanente ou regime de contrato), sexo, estatuto

(trabalhador estudante ou não) e classe militar (oficiais, sargentos e praças). São apresentadas as frequências absolutas e relativas para cada uma destas variáveis para a amostra total e por sexo.

Fizeram parte da amostra 121 militares dos quais 68,60% eram do sexo masculino e 31,40% eram do sexo feminino, o que demonstra que, esta amostra, tal como na generalidade das Forças Armadas, apesar de haver uma maior abertura para a entrada das mulheres, tem menos mulheres no seu efectivo do que homens.

A maior parte da amostra tinha o estado civil solteiro (69,42%) com 19,83% de casados. Para testar a existência de diferenças estatisticamente significativas entre sexos no estado civil, agregamos as categorias casado e união de facto, e as categorias solteiro com divorciado/separado, uma vez que as categorias união de facto e divorciado/separado tiveram frequências muito baixas (2,48% e 8,26% respetivamente). Não foram observadas diferenças estatisticamente significativas entre sexos quanto ao estado civil ($\chi^2(1)=1,024, p=.312$).

Apenas 15,70% da amostra tinha filhos, a diferença entre sexos não foi estatisticamente significativa ($\chi^2(1)=0,001, p=.986$).

Relativamente à situação profissional, 36,36% dos militares pertenciam ao quadro permanente e 63,64% estavam no regime de contrato. A diferença entre sexos não foi estatisticamente significativa ($\chi^2(1)=1,317, p=.251$).

Eram trabalhadores estudantes 26,45% da amostra. Também aqui a diferença entre sexos não foi estatisticamente significativa ($\chi^2(1)=1,717, p=.190$). Eram trabalhadores estudantes 33,8% dos contratados e 13,6% dos militares do quadro permanente, a diferença foi estatisticamente significativa ($\chi^2(1)=5,833, p=.016$).

As idades oscilaram entre 19 e 32 anos, com uma média de 26,23 anos ($DP=3,043$). As diferenças entre as médias das idades no sexo feminino ($M=27,03; DP=2,72$) e no sexo

masculino ($M=25,87$; $DP=3,13$) não foram estatisticamente significativas ($F(1,119)=3,869$, $p=.051$).

Pertenciam à classe de oficiais 23, 97% da amostra, 29,75% pertenciam à classe de sargentos e 46,28% eram praças. A diferença entre sexos não foi estatisticamente significativa ($\chi^2(2)=0,822$, $p=.663$).

Tabela 2. Caracterização da amostra: escolaridade dos pais

Nível de escolaridade	Pai		Mãe	
	<i>n</i>	%	<i>n</i>	%
Nunca estudou	6	4,96	5	4,13
1º ciclo	40	33,06	38	31,40
2º ciclo	23	19,01	27	22,31
3º ciclo	19	15,70	16	13,22
Ensino secundário	22	18,18	21	17,36
Curso médio	6	4,96	5	4,13
Licenciatura	5	4,13	7	5,79
Mestrado ou doutoramento	0	0,00	2	1,65
Total	121	100,00	121	100,00

A habilitação mais frequente tanto entre os pais (33,06%) como entre as mães (31,40%) foi o 1º ciclo. De salientar que 4,96% dos pais e 4,13% das mães nunca estudaram. Tinham formação de nível superior (curso médio, licenciatura e mestrado ou doutoramento) 9,09% dos pais e 11,57% das mães (Tabela 2).

Tabela 3. Caracterização da amostra: classe social de origem

Classe social	<i>n</i>	%
Classe média alta	6	5,13
Classe média	55	47,01
Classe média baixa	47	40,17
Classe baixa	9	7,69

Relativamente à classe social da família¹, 40,17% classificaram-se como classe média baixa e 47,01% como classe média (Tabela 3). Foram observados quatro dados omissos uma vez que o nível de classe a que os sujeitos diziam pertencer (classe alta) não ia de acordo com o nível de escolaridade dos pais.

¹ Para definirmos as classes sociais das famílias seguimos o critério dos rendimentos mensais das famílias:

De 1 a 2 Salários Mínimos (baixa)

De 3 a 5 Salários Mínimos (média baixa)

De 6 a 10 Salários Mínimos (média)

De 11 a 19 Salários Mínimos (média alta)

Capítulo IX Instrumentos

9.1 Marcadores de transição para a idade adulta

No estudo dos dados omissos verificamos que nenhum item ou sujeito obteve mais de 10% de dados omissos. O *Little's MCAR test* não foi significativo ($\chi^2(633)=580,69, p=.932$) e podemos então concluir terem os dados omissos uma distribuição completamente aleatória (MCAR). Os dados omissos foram estimados com recurso ao procedimento EM.

O questionário de marcadores de transição para a idade adulta (MTIA) (Arnett, 2001, adaptado por Mendonça et al., 2009) é composto por 39 itens, nos quais os sujeitos têm que indicar o grau de concordância com os critérios que lhes são apresentados. A versão portuguesa do questionário encontra-se organizada nas seguintes subescalas: “Competências familiares”; “Transições normativas”; “Adesão às normas”; “Independência financeira” e “Maturidade emocional”. Os itens são respondidos numa escala de tipo Likert que varia de 1 a 4:

1. Discordo totalmente;
2. Discordo;
3. Concordo;
4. Concordo totalmente.

Para ser efetuado o estudo da dimensionalidade da escala através da análise fatorial seria necessário no mínimo um rácio de 5 sujeitos por item, neste caso uma amostra de 195 sujeitos.

O contributo para o estudo das propriedades psicométricas da escala será dado através do cálculo da consistência interna com recurso ao alfa de Cronbach. Para os itens serão

calculadas as médias e os desvios-padrão e as correlações corrigidas. A correlação corrigida é uma medida de homogeneidade dos itens.

Tabela 4. Médias, desvios-padrão e correlação corrigida da subescala *competências familiares*

Itens	M	DP	r ^a
12. Quando um homem se torna capaz de zelar pela segurança física de uma família	2,93	0,72	,535
17. Quando uma mulher se torna capaz de zelar pela segurança física de uma família	2,50	0,84	,481
22. Quando uma mulher se torna capaz de cuidar de uma criança	2,87	0,71	,729
23. Quando um homem se torna capaz de cuidar de uma criança	2,87	0,74	,688
31. Quando um homem se torna financeiramente capaz de sustentar uma família	2,94	0,70	,629
32. Quando uma mulher se torna financeiramente capaz de sustentar uma família	2,93	0,70	,512
35. Quando um homem se torna capaz de gerir e cuidar de uma casa	3,02	0,66	,686
36. Quando uma mulher se torna capaz de gerir e cuidar de uma casa	2,99	0,67	,525

^a Correlação corrigida

Para um $n=121$ e considerado um $p<.01$, são significativas correlações superiores ou iguais a .24.

Na subescala “competências familiares” todos os itens obtiveram correlações corrigidas superiores a .24, em concreto as correlações corrigidas oscilaram entre .481 e .729 com uma média de .60.

As médias dos itens variaram entre 2,50 e 3,02, portanto dentro do polo de concordância com as afirmações.

O alfa de Cronbach foi de .853.

Tabela 5. Médias, desvios-padrão e correlações corrigidas dos itens da subescala *transições normativas*

Itens	<i>M</i>	<i>DP</i>	<i>r^a</i>	<i>r^b</i>
3. Casar	2,11	0,92	,513	,562
4. Quando uma mulher se torna biologicamente capaz de ter um filho	2,10	0,87	,600	,600
6. Quando um homem se torna biologicamente capaz de ter um filho	2,43	1,18	-,010	E
8. Ter 18 anos	2,40	0,88	,533	,543
9. Ter um filho/a	2,09	0,80	,670	,697
13. Ter iniciado a vida sexual	2,90	0,71	,464	,481
18. Viver com o/a namorado/a	2,34	0,75	,524	,550
38. Ter carta de condução	2,28	0,84	,572	,619
39. Atingir o limite de crescimento físico (altura)	2,13	,804	,431	,446

^a Correlação corrigida; ^b Correlação corrigida após exclusão do item 6.

O item 6 (Quando um homem se torna biologicamente capaz de ter um filho) obteve uma correlação corrigida não significativa de magnitude -.010. A exclusão deste item incrementa o alfa de Cronbach de .786 para .834.

Após exclusão do item 6 as correlações corrigidas variaram entre .446 e .697, com uma média de .562.

As médias dos itens da subescala “transições normativas” variaram entre 2,09 a 2,90, ou seja, entre o ponto 2 (discordo) e o ponto 3 (concordo) da escala de resposta.

Tabela 6. Médias, desvios-padrão e correlações corrigidas dos itens da subescala adesão às normas

Itens	<i>M</i>	<i>DP</i>	<i>r^a</i>	<i>r^b</i>
7. Evitar conduzir alcoolizado	2,97	,883	,524	,565
15. Ter apenas um parceiro sexual	2,51	,764	,394	,370
16. Evitar o uso de palavrões e linguagem obscena	2,48	,857	,666	,635
20. Ser responsável pelos seus atos	3,59	,678	,337	,370
24. Não ter laços profundos com os pais	1,79	,721	,082	E
28. Evitar cometer delitos, como pequenos furtos e atos de vandalismo	3,19	,820	,573	,594
30. Evitar embriagar-se	2,79	,826	,717	,714
34. Conduzir com segurança e respeitando os limites de velocidade	2,92	,702	,670	,688
37. Estar comprometido/a numa relação amorosa estável	2,65	,803	,470	,477

^a Correlação corrigida; ^b Correlação corrigida após exclusão do item 24.

O item 24 (não ter laços profundos com os pais), não obteve uma correlação significativa com a subescala. A sua exclusão incrementa o alfa de Cronbach de .800 para .820. Este item é também o que mais se distancia do conteúdo da subescala. Pelos motivos apontados este item foi excluído das análises.

Todos os itens da subescala “adesão às normas” obtiveram correlações corrigidas após a exclusão do item 24 iguais ou superiores a .370 com um máximo de .714, em média .552.

As médias dos itens variaram entre o ponto 2,48 e o ponto 3,59.

Tabela 7. Médias, desvios-padrão e correlações corrigidas dos itens da subescala *independência financeira*

Itens	<i>M</i>	<i>DP</i>	<i>r^a</i>
1. Ter uma carreira profissional estável	2,77	0,82	,483
2. Ser financeiramente independente dos pais	3,21	0,70	,514
11. Terminar os estudos	2,51	0,84	,647
14. Comprar uma casa	2,07	0,82	,432
19. Ter um emprego a tempo inteiro	2,77	0,76	,652
21. Evitar o uso de drogas ilegais	3,12	0,83	,453
26. Não viver com os pais	2,39	0,66	,343

^a Correlação corrigida

Também na subescala “independência financeira” todos os itens se correlacionaram significativamente com a sua subescala, com uma correlação máxima de .652 e mínima .343, em média .503.

As médias dos itens foram superiores a 2, e apenas o item 14 (comprar uma casa) está mais perto do polo de discordância do que de concordância.

Foi obtido um alfa de Cronbach de .779.

Tabela 8. Médias, desvios-padrão e correlação corrigida da subescala *maturidade emocional*

Itens	<i>M</i>	<i>DP</i>	<i>r^a</i>
10. Ter uma relação de “igual para igual” com os pais	2,60	0,79	,315
25. Aprender a ter controlo sobre as emoções	2,88	0,69	,447
27. Decidir de acordo com as suas crenças e valores independentemente da influência dos pais ou de outros	3,10	0,66	,354
29. Estabelecer compromissos a longo-prazo com outros	3,04	0,65	,472
33. Tornar-se menos centrado sobre si próprio e desenvolver uma maior consideração pelos outros	2,97	0,60	,402

^a Correlação corrigida

Na subescala “maturidade e emocional” a média mais baixa foi observada no item 10 (ter uma relação de “igual para igual” com os pais) com 2,60 e a mais alta no item 27 (decidir de acordo com as suas crenças e valores independentemente da influência dos pais ou de outros) com 3,10.

As correlações corrigidas tomaram os valores mínimo e máximo de .315 e .472, respetivamente.

O alfa de Cronbach foi de .640.

Tabela 9. Mínimos, máximos, médias e desvios-padrão das pontuações nas subescalas do MTIA (teste de marcadores de transição para a idade adulta)

Subescalas	Mínimo	Máximo	Média	DP	Assimetria (erro=.220)	Curtose (erro=.437)	AE ^a	CE ^b
Competências familiares	1,00	4,00	2,88	0,51	-0,459	1,342	-0,48	0,50
Transições normativas	1,00	4,00	2,32	0,58	0,432	0,198	1,55	-0,14
Adesão às normas	1,66	3,89	2,77	0,49	-0,001	-0,255	-	-
Independência financeira	1,00	3,86	2,67	0,51	-0,159	0,508	-0,72	1,16
Maturidade emocional	1,00	3,80	2,92	0,44	-0,829	3,202	0,06	0,14

^a Assimetria estandardizada após winsorização; ^b Curtose estandardizada após winsorização.

As médias das subescalas foram divididas pelo respetivo número de itens de forma a obter uma média reduzida à amplitude da escala de resposta. Este procedimento permite a comparação de médias de escalas e subescalas com um diferente número de itens. Permite ainda a comparação com outros estudos quando foram eliminados itens na escala.

A subescala **competências familiares** é composta por 8 itens e obteve uma média de 2,88 (DP=0,51). Foram identificados dois *outliers* inferiores que foram winsorizados. A correlação entre a variável original e a variável winsorizada foi de .991. Após winsorização,

tanto a assimetria estandardizada (AE) como a curtose estandardizada (CE) foram inferiores a 2 (Tabela 9), o alfa de Cronbach foi muito adequado .853 (Tabela 10).

Na subescala **transições normativas** a média foi 2,32 (DP=0,58). Após exclusão do item 6 (quando um homem se torna biologicamente capaz de ter um filho) a subescala ficou composta por 8 itens. Foram winsorizados dois *outliers* superiores. A correlação entre a variável original e a variável winsorizada foi de .999. Após correção dos *outliers* tanto a AE como a CE foram inferiores a 2. O alfa de Cronbach obteve um valor adequado, .829.

Na subescala **adesão às normas** o item 24 (não ter laços profundos com os pais) foi excluído, ficando a subescala constituída por 8 itens. A média da escala foi de 2,77 (DP=0,49) e não foram observados valores *outliers*. A AE e CE foram inferiores a 2. A escala obteve um valor de alfa de Cronbach de .800, que pode ser considerado bom.

Na subescala **independência financeira** foi observado um *outlier* inferior que foi sujeito a winsorização. A correlação entre a variável original e a variável winsorizada foi de 1. A escala é formada por 7 itens. Tanto a AE como a CE foram inferiores a 2. A média reduzida foi de 2,67 (DP=0,51). O alfa de Cronbach foi de .779, valor considerado respeitável por DeVellis (1991).

Por fim, na subescala **maturidade emocional**, formada por 5 itens, foram winsorizados dois *outliers* inferiores, procedimento suficiente para que tanto a AE como a CE tomassem valores inferiores a 2. A correlação entre a variável original e a variável winsorizada foi de .979. A média foi 2,92 (DP=0,44) e o alfa de Cronbach foi baixo mas ainda suficiente para efeitos de investigação, .640.

Tabela 10. Matriz de correlações entre as subescalas da MTIA

	CF	TN	AN	IF	ME	alfa
Competências familiares	1					.853
Transições normativas	,683**	1				.829
Adesão às normas	,711**	,681**	1			.800
Independência financeira	,632**	,725**	,651**	1		.779
Maturidade emocional	,583**	,513**	,670**	,524**	1	.640

**p<.01

Todas as subescalas obtiveram correlações elevadas entre si (Tabela 10). Salientamos a correlação entre a subescala “Adesão às normas” e a subescala “Competências familiares” ($r=.711$) e a correlação entre a subescala “Independência financeira” e a subescala “Transições normativas” ($r=.725$).

9.2 Escala de esperança futura

A escala de esperança futura foi desenvolvida por Snyder e colaboradores (1991) e adaptada para Portugal por Pais-Ribeiro, Pedro e Marques (2006).

Nesta escala não foram registados quaisquer dados omissos.

A escala é composta por 12 itens, sendo quatro distratores (3, 5, 7, 11), foram por isso analisados 8 itens divididos por duas subescalas: “Caminhos/perspetivas” (1, 4, 6, 8) e “Iniciativa” (2, 9, 10, 12), estes itens são respondidos numa escala tipo Likert de 8 pontos:

1. Totalmente falsa;
2. Quase totalmente falsa;
3. Em parte falsa;
4. Ligeiramente falsa;
5. Ligeiramente verdadeira;

6. Em parte verdadeira;
7. Quase totalmente verdadeira;
8. Totalmente verdadeira.

Tabela 11. Médias, desvios-padrão e correlação corrigida da subescala *Caminhos/perspetivas*

Itens	M	DP	r ^a
1. Consigo pensar em muitas maneiras de me livrar de enrascadas	5,20	1,86	,371
4. Qualquer problema tem muitas soluções	5,55	1,83	,345
6. Consigo pensar em muitas maneiras para alcançar as coisas da vida que são importantes para mim	6,05	1,77	,346
8. Mesmo quando os (as) outros(as) perdem a coragem, eu sei que consigo encontrar uma maneira de resolver o problema	5,97	1,33	,527

Na subescala “Caminhos/perspetivas” a média dos itens oscilou entre 5,20 e 6,05.

Todos os itens obtiveram correlações corrigidas significativas, que variaram entre .345 e .527 com uma média de .397.

Foi obtido um alfa de Cronbach de .605. A exclusão do item com menor correlação faz baixar o valor do alfa de Cronbach. Não é portanto possível melhorar a consistência interna da medida com os itens disponíveis. Apesar de .605 ser um valor de alfa baixo a sua interpretação não pode perder de vista o reduzido número de itens da subescala. Em estudos futuros seria de ponderar a criação de mais itens para ilustrar o construto. Os resultados obtidos com esta subescala devem ser interpretados com reservas.

Tabela 12. Médias, desvios-padrão e correlação corrigida da subescala *iniciativa*

Itens	M	DP	r ^a
2. Persigo os meus objetivos com muita energia	6,49	1,65	,519
9. A minha experiência de vida, preparou-me bem para o futuro	6,23	1,55	,578
10. Tenho tido bastante sucesso na vida	5,57	1,40	,533
12. Alcanço os objetivos que defini para mim próprio(a)	6,10	1,40	,552

Na subescala “Iniciativa”, as médias variaram entre 5,57 e 6,49. As correlações corrigidas foram todas significativas e superiores a .50, com uma média de .546.

O alfa de Cronbach foi de .748, o que pode ser considerado um valor suficiente.

Tabela 13. Mínimos, máximos, médias e desvios-padrão das pontuações nas subescalas do EF (esperança futura)

Subescalas	Mínimo	Máximo	Média	DP	Assimetria	Curtose	AE	CE
					(erro=.220)	(erro=.437)		
Caminhos/perspetivas	4	32	22,77	4,63	-0,681	1,633	1,018	0.391
Iniciativa	4	32	24,39	4,54	-1,601	3,911	0.723	1.691

Começamos por analisar a existência de *outliers*. Foram identificados dois *outliers* inferiores na subescala “Caminhos/perspetivas”. Após winsorização dos *outliers* a subescala obteve uma AE e uma CE inferiores a 2. A correlação da variável winsorizada com a original foi .990.

Na subescala “Iniciativa” foram identificados 5 *outliers* inferiores. A sua acomodação não resolveu o problema da forte assimetria da variável. Foi então tentada a transformação logarítmica (log10). A correlação da variável transformada com a original foi de .981. Com a transformação logarítmica a assimetria estandardizada foi 0.72 e a curtose estandardizada foi de 1.69.

A transformação logarítmica da subescala “iniciativa” implica a criação de uma nova variável com uma métrica diferente, neste caso as pontuações variaram entre 0 e 0,90, com uma média de 0,47 (DP=0,16). A transformação da variável foi necessária para aproximar a sua distribuição da curva normal. A normalidade da distribuição é um dos pressupostos para a utilização de provas paramétricas, nomeadamente a Análise de Variância (ANOVA). A necessidade da transformação da variável traz algumas dificuldades no que diz respeito à interpretação dos resultados. Para obviar este aspeto serão apresentadas as médias e desvios-padrão da variável não transformada, que como vimos tem uma correlação muito elevada com a variável original.

As duas subescalas obtiveram uma correlação de .462 entre si.

Capítulo X Resultados

Tabela 14. Saída de casa, coabitação, idade adulta

	<i>n</i>	%
A entrada para as Forças Armadas implicou a saída de casa? (zona de residência)		
Sim	102	84,30
Não	19	15,70
Com quem vive habitualmente (a maior parte do tempo)?		
Cônjuge	29	23,97
Namorado	18	14,88
Amigos/colegas	14	11,57
Sozinho	28	23,14
Pais	25	20,66
Familiares	7	5,79
Considera que já atingiu a “idade adulta”		
Sim	95	78,51
Não	7	5,79
De certa forma sim, em alguns aspetos não	19	15,70

A entrada para as Forças Armadas implicou a saída de casa para 84,30% dos inquiridos (Tabela 14). Vivem atualmente com o cônjuge ou namorado 38,85% da amostra, com os pais ou outros familiares vivem 26,45%, vivem sozinhos 23,14% e com amigos ou colegas 11,57%.

A maior parte considera que já atingiu a idade adulta (78,51%), e apenas 5,79% afirmam o contrário. De considerar ainda a resposta intermédia (de certa forma sim, em

alguns aspetos não) dada por 15,70% dos inquiridos. A diferença de idades entre os que afirmam já ter atingido a idade adulta ($M=26,51$; $DP=2,72$), não ter atingido ($M=25,71$; $DP=3,73$), e os que se classificaram de forma intermédia ($M=25,05$; $DP=4,075$), não foi estatisticamente significativa (Kruskal-Wallis *Test*: $\chi^2(2)=1,896$, $p=.387$), logo, como se sugere na literatura, não é a idade que define a transição para a vida adulta, mas sim aspetos cada vez mais individualizados.

Tabela 15. Médias, desvios-padrão e ANOVA da escala de marcadores de transição para a vida adulta em função do sexo

Subescalas	Sexo	<i>N</i>	Média	<i>DP</i>	<i>F</i>	<i>p</i>
Competências familiares	masculino	83	2,89	0,50	0,004	,947 ^{ns}
	feminino	38	2,89	0,43		
Transições normativas	masculino	83	2,30	0,58	0,272	,604 ^{ns}
	feminino	38	2,35	0,57		
Adesão às normas	masculino	83	2,74	0,48	0,873	,353 ^{ns}
	feminino	38	2,83	0,48		
Independência financeira	masculino	83	2,65	0,52	2,084	,153 ^{ns}
	feminino	38	2,79	0,47		
Maturidade emocional	masculino	83	2,90	0,42	1,393	,241 ^{ns}
	feminino	38	2,99	0,33		

^{ns} – não significativo

Foram testadas as diferenças entre médias no sexo feminino e sexo masculino nas subescalas através da prova estatística ANOVA. A homocedasticidade foi testada com recurso ao teste de Levene. Em todas as subescalas foi observada homocedasticidade entre sexos. Ainda assim recorreremos à correção de Brown-Forsythe por os grupos terem n_s muito diferentes.

Não foram encontradas diferenças estatisticamente significativas entre homens e mulheres nas médias das subescalas dos marcadores de transição para a vida adulta (Tabela 15).

Tabela 16. Médias, desvios-padrão e ANOVA da escala de Esperança Futura em função do sexo

Subescalas	Sexo	<i>N</i>	Média	<i>DP</i>	<i>F</i>	<i>p</i>
Caminhos /perspetivas	masculino	83	22,57	4,43	1,173	,282 ^{ns}
	feminino	38	23,47	4,21		
Iniciativa ²	masculino	83	24,46	3,99	0,335	,564 ^{ns}
	feminino	38	25,03	3,36		

^{ns} – não significativo

Também não foram encontradas diferenças estatisticamente significativas entre homens e mulheres nas médias das subescalas da esperança futura (Tabela 16).

² Por rigor formal apresentamos as estatísticas descritivas da variável \log_{10} _{Iniciativa}. Sexo masculino: $M=0,46$, $DP=0,17$; Sexo feminino: $M=0,48$, $DP=0,14$.

Tabela 17. Médias, desvios-padrão e ANOVA da escala de marcadores de transição para a vida adulta em função da situação profissional

Subescalas	Situação profissional	<i>N</i>	Média	<i>DP</i>	<i>F</i>	<i>p</i>
Competências familiares	QP	44	2,82	0,39	1,693	,196 ^{ns}
	R C	77	2,93	0,52		
Transições normativas	QP	44	2,28	0,55	0,194	,660 ^{ns}
	R C	77	2,33	0,59		
Adesão às normas	QP	44	2,67	0,45	2,746	,101 ^{ns}
	R C	77	2,82	0,49		
Independência financeira	QP	44	2,64	0,47	0,760	,386 ^{ns}
	R C	77	2,72	0,53		
Maturidade emocional	QP	44	2,90	0,35	0,609	,437 ^{ns}
	R C	77	2,95	0,42		

QP – Militar do quadro permanente; RC – Militar em regime de contrato. ^{ns} – não significativo

Para todas as subescalas foi observada homocedasticidade. A correção de Brown-Forsythe foi utilizada por estarem em comparação grupos com n_s muito distintos.

Não foram encontradas diferenças estatisticamente significativas entre militares do quadro permanente e militares contratados nas médias das subescalas dos marcadores para a vida adulta (Tabela 17).

Tabela 18. Médias, desvios-padrão e ANOVA da escala de Esperança Futura em função da situação profissional

Subescalas	Situação profissional	<i>N</i>	Média	<i>DP</i>	<i>F</i>	<i>p</i>
Caminhos /perspetivas	QP	44	22,02	3,89	2,757	,100 ^{ns}
	R C	77	23,32	4,57		
Iniciativa ³	QP	44	25,40	3,62	3,536	,063 ^{ns}
	R C	77	24,20	3,84		

QP – Militar do quadro permanente; RC – Militar em regime de contrato. ^{ns} – não significativo

Também não foram encontradas diferenças estatisticamente significativas entre militares do quadro permanente e militares contratados nas médias das subescalas da esperança futura (Tabela 18) realizamos este teste porque tínhamos ponderado a hipótese de existir diferenças entre os militares do quadro permanente e os militares do regime de contrato, uma vez que os militares do quadro permanente já têm o seu futuro assegurado e condições que os militares do regime de contrato não possuem (e.g. direito a habitação em bairros militares, direito a subsídio de deslocação caso tenha que estar longe do seu agregado familiar) podendo esse fator ser determinante no modo como os jovens adultos encaram o futuro.

³ Por rigor formal apresentamos as estatísticas descritivas da variável \log_{10} _{Iniciativa}. Situação profissional QP: $M=0,50$, $DP=0,16$; RC: $M=0,45$, $DP=0,15$.

Tabela 19. Médias, desvios-padrão e ANOVA da escala de marcadores de transição para a vida adulta em função de ser ou não trabalhador estudante

Subescalas	Trabalhador estudante	<i>N</i>	Média	<i>DP</i>	<i>F</i>	<i>p</i>
Competências familiares	Sim	32	2,81	0,60	0,863	,358 ^{ns}
	Não	89	2,92	0,43		
Transições normativas	Sim	32	2,37	0,65	0,374	,544 ^{ns}
	Não	89	2,29	0,54		
Adesão às normas	Sim	32	2,72	0,55	0,383	,539 ^{ns}
	Não	89	2,79	0,46		
Independência financeira	Sim	32	2,65	0,67	0,187	,667 ^{ns}
	Não	89	2,71	0,44		
Maturidade emocional	Sim	32	2,94	0,48	0,010	,920 ^{ns}
	Não	89	2,93	0,36		

^{ns} – não significativo

O teste de Levene foi significativo para as subescalas “competências familiares” ($F(1,119)=6,007, p=.016$) e “independência financeira” ($F(1,119)=9,636, p=.002$), para todas as subescalas foi observada homocedasticidade. A correção de Brown-Forsythe foi utilizada por estarem em comparação grupos com n_s muito distintos.

Não foram encontradas diferenças estatisticamente significativas entre militares estudantes e não estudantes nas médias das subescalas dos marcadores para a vida adulta (Tabela 21).

Tabela 20. Médias, desvios-padrão e ANOVA da escala de Esperança Futura em função de ser ou não trabalhador estudante

Subescalas	Trabalhador estudante	<i>N</i>	Média	<i>DP</i>	<i>F</i>	<i>p</i>
Caminhos /perspetivas	Sim	32	23,19	5,03	0,213	,646 ^{ns}
	Não	89	22,73	4,12		
Iniciativa ⁴	Sim	32	23,72	3,83	2,749	,103 ^{ns}
	Não	89	24,97	3,75		

^{ns} – não significativo

Também não foram encontradas diferenças estatisticamente significativas entre militares estudantes e não estudantes nas médias das subescalas da esperança futura (Tabela 22), ponderámos a existência de diferenças entre militares estudantes e não estudantes em relação ao seu futuro, uma vez que o facto de estarem a continuar os seus estudos e estarem a apostar na formação poderia levar a uma mudança profissional na sua vida futura.

⁴ Por rigor formal apresentamos as estatísticas descritivas da variável log10_{Iniciativa}: Trabalhador estudante Sim: $M=0,43$, $DP=0,16$; RC: $M=0,48$, $DP=0,16$.

Tabela 21. Médias, desvios-padrão e ANOVA da escala de marcadores de transição para a vida adulta em função de considerar que já atingiu a idade adulta

Subescalas	Idade adulta	<i>N</i>	Média	<i>DP</i>	<i>F</i>	<i>p</i>
Competências familiares	Sim	95	2,92	0,50	2,866	,097 ^{ns}
	Não/intermédio	26	2,76	0,39		
Transições normativas	Sim	95	2,35	0,60	3,097	,084 ^{ns}
	Não/intermédio	26	2,16	0,45		
Adesão às normas	Sim	95	2,79	0,49	1,582	,215 ^{ns}
	Não/intermédio	26	2,67	0,45		
Independência financeira	Sim	95	2,71	0,51	0,483	,491 ^{ns}
	Não/intermédio	26	2,63	0,52		
Maturidade emocional	Sim	95	2,94	0,40	0,227	,636 ^{ns}
	Não/intermédio	26	2,90	0,36		

^{ns} – não significativo

Para podermos comparar os grupos na variável “Considera que já atingiu a idade adulta” foi necessário agregar as categorias “não” e “de certa forma sim, em alguns aspetos não” por terem um pequeno número de respostas cada. A nova categoria que denominamos “não/intermédio” obteve uma frequência absoluta de 26 contra os 95 da categoria “sim”.

O teste de Levene foi significativo para as subescalas “Competências familiares” ($F(1,119)=6,007$, $p=.016$) e “Independência financeira” ($F(1,119)=9,636$, $p=.002$), Para as

restantes subescalas foi observada homocedasticidade. A correção de Brown-Forsythe foi utilizada por estarem em comparação grupos com n_s muito distintos.

Não foram observadas diferenças estatisticamente significativas na escala MTIA (marcadores de transição para a idade adulta) relativamente à autopercepção de adultez (Tabela 21).

Tabela 22. Médias, desvios-padrão e ANOVA da escala de Esperança Futura em função de considerar que já atingiu a idade adulta

Subescalas	Idade adulta	<i>N</i>	Média	<i>DP</i>	<i>F</i>	<i>p</i>
Caminhos /perspetivas	Sim	95	23,37	4,03	5,033	,031*
	Não/intermédio	26	20,96	5,05		
Iniciativa ⁵	Sim	95	25,01	3,61	4,122	,050 ^{ns}
	Não/intermédio	26	23,27	4,19		

^{ns} – não significativo; * $p < .05$.

Os militares que assinalaram “sim” na questão “considera que já atingiu a “idade adulta” obtiveram uma média significativamente superior aos seus colegas na subescala “Caminhos/perspetivas” (Tabela 22).

Nas tabelas seguintes (Tabela 23 a Tabela 27) são apresentadas as proporções de respostas de concordância a cada um dos itens, conforme foi apresentado pelos autores.

⁵ Por rigor formal apresentamos as estatísticas descritivas da variável \log_{10} _{Iniciativa}: Idade adulta Sim: $M=0,48$, $DP=0,15$; N/I: $M=0,41$, $DP=0,17$.

Tabela 23. Proporção de concordância por item da subescala *competências familiares*

Itens	%
12. Quando um homem se torna capaz de zelar pela segurança física de uma família	81,82
17. Quando uma mulher se torna capaz de zelar pela segurança física de uma família	45,45
22. Quando uma mulher se torna capaz de cuidar de uma criança	76,03
23. Quando um homem se torna capaz de cuidar de uma criança	75,21
31. Quando um homem se torna financeiramente capaz de sustentar uma família	78,51
32. Quando uma mulher se torna financeiramente capaz de sustentar uma família	76,86
35. Quando um homem se torna capaz de gerir e cuidar de uma casa	85,95
36. Quando uma mulher se torna capaz de gerir e cuidar de uma casa	85,95

Tabela 24. Proporção de concordância por item da subescala *transições normativas*

Itens	%
3. Casar	31,40
4. Quando uma mulher se torna biologicamente capaz de ter um filho	29,75
6. Quando um homem se torna biologicamente capaz de ter um filho	36,36
8. Ter 18 anos	41,32
9. Ter um filho/a	26,45
13. Ter iniciado a vida sexual	80,99
18. Viver com o/a namorado/a	37,19
38. Ter carta de condução	33,06
39. Atingir o limite do crescimento físico (altura)	29,75

Tabela 25. Proporção de concordância por item da subescala *adesão às normas*

Itens	%
7. Evitar conduzir alcoolizado	31,40
15. Ter apenas um parceiro sexual	8,26
16. Evitar o uso de palavrões e linguagem obscena	14,05
20. Ser responsável pelos seus atos	67,77
24. Não ter laços profundos com os pais	2,48
28. Evitar cometer delitos, como pequenos furtos e atos de vandalismo	40,50
30. Evitar embriagar-se	20,66
34. Conduzir com segurança e respeitando os limites de velocidade	16,53
37. Estar comprometido/a numa relação amorosa estável	13,22

^a Correlação corrigida; ^b Correlação corrigida após exclusão do item 24.

Tabela 26. Proporção de concordância por item da subescala *independência financeira*

Itens	%
1. Ter uma carreira profissional estável	64,46
2. Ser financeiramente independente dos pais	87,60
11. Terminar os estudos	47,93
14. Comprar uma casa	25,62
19. Ter um emprego a tempo inteiro	68,60
21. Evitar o uso de drogas ilegais	77,69
26. Não viver com os pais	38,84

Tabela 27. Proporção de concordância por item da subescala *maturidade emocional*

Itens	%
10. Ter uma relação de “igual para igual” com os pais	57,02
25. Aprender a ter controlo sobre as emoções	74,38
27. Decidir de acordo com as suas crenças e valores independentemente da influência dos pais ou de outros	87,60
29. Estabelecer compromissos a longo-prazo com outros	84,30
33. Tornar-se menos centrado sobre si próprio e desenvolver uma maior consideração pelos outros	83,47

Tabela 28. Considera que já atingiu a “idade adulta” vs sexo, filhos, saída de casa, situação profissional, coabitação e estado civil

	sim		não		De certa forma sim, em alguns aspetos não		χ^2	<i>p</i>
	<i>n</i>	%	<i>n</i>	%	<i>n</i>	%		
Sexo								
Masculino	65	78,31	6	7,23	12	14,46	0,006	.937 ^{ns}
Feminino	30	78,95	1	2,63	7	18,42		
Filhos								
Sim	17	89,47	0	,00	2	10,53	1,605	.205 ^{ns}
Não	78	76,47	7	6,86	17	16,67		
A entrada para as Forças Armadas implicou a saída de casa?								
Sim	84	82,35	4	3,92	14	13,73	5,679	.017*
Não	11	57,89	3	15,79	5	26,32		
Situação profissional								
QP	36	81,82	3	6,82	5	11,36	0,448	.503 ^{ns}
RC	59	76,62	4	5,19	14	18,18		
Coabitação								
Família constituída	38	80,85	4	8,51	5	10,64	0,845	.655 ^{ns}
Família de origem	26	81,25	1	3,13	5	15,63		
Sozinho/ com pares	31	73,81	2	4,76	9	21,43		
Estado civil								
Solteiro/ divorciado / separado	64	73,56	6	6,90	17	19,54	4,495	.034*
Casado / união de facto	31	91,18	1	2,94	2	5,88		

^{ns} – não significativo; * *p*<.05.

Para testar a diferença na distribuição da perceção de marcadores para a adultez nas variáveis sexo, existência de filhos, saída de casa, situação profissional, coabitação e estado civil, foi calculado o teste de Qui-quadrado e foi mantida a agregação das opções “não” e “de certa forma sim, em alguns aspetos não”.

Consideraram-se adultos 78,31% dos homens e 78,95% das mulheres, a diferença não foi estatisticamente significativa ($\chi^2(1)=0,006, p=.937$).

Entre os que tinham filhos, 89,47% classificaram-se como adultos, a percentagem entre os que não tinham filhos foi de 76,47%, a diferença não foi estatisticamente significativa ($\chi^2(1)=1,605, p=.205$).

Classificaram-se como adultos, 82,35% daqueles que saíram de casa com a entrada para as Forças Armadas e, 57,89% dos que não saíram de casa, a diferença foi estatisticamente significativa ($\chi^2(1)=5,679, p=.017$).

Consideraram-se adultos, 81,82% dos militares do quadro permanente e 76,62% dos que estão em regime de contrato, a diferença não foi estatisticamente significativa ($\chi^2(1)=0,448, p=.503$).

Creem-se adultos, 80,85% dos que têm família constituída, 81,25% dos que vivem com a família de origem e 73,81% dos que vivem sozinhos ou com os pares, as diferenças não foram estatisticamente significativas ($\chi^2(1)=0,845, p=.655$).

Consideram-se adultos, 73,56% dos que são solteiros/divorciados/separados e 91,18% dos casados/união de facto, a diferença foi estatisticamente significativa ($\chi^2(1)=4,495, p=.034$). Pensamos ser um aspeto interessante e a ser proposto para estudos futuros o facto de existir uma percentagem tão elevada de jovens adultos separados/divorciados que ainda não se consideram adultos, uma vez que já “transpuseram” pelo menos um dos marcos

tradicionais da transição para a idade adulta (casar/ ter uma relação duradoura com outra pessoa).

Capítulo IX Conclusão

Os caminhos que percorremos até chegar à idade adulta são de um aspeto psicológico e social e, de acordo com alguns autores, cada vez mais exigentes e mais longos, fazendo com que a passagem para a idade adulta seja muitas vezes adiada temporalmente e completada mais tarde em termos etários (Arnett, 2001; Rossi, 1997). Esta fase (dita de transição) do desenvolvimento humano (final da adolescência e o início da idade adulta) é caracterizada na perspetiva atual, segundo a proposta de Arnett, pela exploração das possibilidades, quer no que concerne à vida amorosa, quer profissional, o que faz com que as mudanças “normativas” resultantes da “aquisição” do estatuto de adulto deixem de ser tão globais e passem a ser cada vez mais individualizadas. Arnett (2001) refere que esta etapa é caracterizada por alguns paradoxos. É ao mesmo tempo uma fase de exploração e de realização de sonhos e desejos, mas também uma fase de medos e ansiedades em relação ao futuro. No entanto, nem todos os autores que estudam esta temática concordam com a interpretação de Arnett como é o caso de Bynner, (2005), Côté e Bynner, (2008), Hendry e Kloep, (2010) e Tanner (2006), sendo que estes autores relativizam a perspetiva apontada por Arnett referindo, de um modo geral, que:

- no estudo da transição para a idade adulta deveríamos ter em atenção fatores como a consequência do adiamento de tarefas normativas de entrada na idade adulta, tendo como objetivo final a realização dessas tarefas (Bynner, 2005);
- os processos de exclusão na educação e no trabalho, impedindo que jovens de alguns contextos socioeconómicos experimentem processos de desenvolvimento que Arnett presume ser um benefício para todos os adultos emergentes (Côté e Bynner, 2008);

- não ter em conta somente os aspetos intrínsecos da transição para a idade adulta, mas também os períodos que a antecedem, assim como os períodos que a sucedem (Tanner, 2006).

Esta investigação teve por objetivo alargar o quadro conceptual da adulez emergente a outros contextos, para além do universitário, uma vez que a maioria dos estudos sobre esta etapa de desenvolvimento usou amostras de estudantes universitários, nos quais se poderiam evidenciar contornos específicos da transição para a idade adulta, devido ao facto de ser uma amostra com características específicas (e.g. jovens adultos que optaram por seguir a vida militar e por esse facto estão sujeitos a um conjunto de regras que não se impõe à população civil).

Tendo por base diversos estudos publicados sobre esta temática (e. g. Arnett, 1998, 2000, 2004, 2010, 2011; Bynner, 2005; Côté & Bynner, 2008; Douglass, 2007; Ravn, 2005; Tanner, 2006) podemos evidenciar as mudanças que ocorreram ao longo das últimas décadas no que respeita aos marcadores de transição para a idade adulta. No entanto, é importante que se continue a estudar mais sobre a adulez emergente. Ainda existem muitas inconsistências consoante os autores, críticas relativas a uma tendência para uma excessiva homogeneização das características dessa “fase”, escamotando particularidades culturais/sociais, de modo a que se consiga compreender melhor os adultos emergentes, não só a um nível desenvolvimental, mas também psicológico. Tal como podemos verificar através de estudos realizados por alguns dos autores que criticam a proposta de Arnett (e. g. Bynner, 2005; Côté & Bynner, 2008; Hendry & Kloep, 2010; Tanner, 2006) ainda existem muitos aspetos a explorar na transição para a idade adulta para além dos propostos pelo autor (e.g. contextos socioeconómicos; a consequência do adiamento de tarefas normativas de entrada na idade adulta).

Com base nesta investigação podemos verificar que os marcadores que tradicionalmente indicavam a transição para a idade adulta têm tendência a perder a sua importância em determinadas culturas e outros marcadores têm tendência a ser mais valorizados, apesar de muitos nem estarem diretamente relacionados com os papéis de adulto.

Snyder (1995) define a esperança como o pensamento direcionado a alcançar objetivos, ou seja, a forma como o indivíduo traça “rotas” para conseguir concretizar os seus propósitos.

Sentimos a necessidade de complementar esta investigação com o instrumento de avaliação da esperança quanto ao futuro (Snyder et al., 1991), uma vez que gostaríamos de verificar se existiam diferenças significativas nos jovens adultos que estão em regime de contrato (futuro incerto em termos de emprego) em comparação com os jovens adultos que estão no quadro permanente (futuro garantido em termos de emprego). A esperança é um fenómeno humano que tem sido entendida como o sentimento de quem vê ser possível alcançar aquilo que deseja. Achemos ser importante a avaliação deste instrumento nesta investigação porque quisemos verificar se os jovens adultos do regime de contrato conseguem ter uma atitude de esperança em relação ao futuro, tendo em conta todas as condicionantes económicas e sociais que Portugal está a atravessar (e.g. crise económica, futuro cada vez mais incerto, taxa de desemprego jovem a aumentar), igual aos jovens adultos que já estão no quadro permanente (futuro garantido na organização, perspectivas mais favoráveis em relação ao futuro).

Devido ao facto desta investigação ter sido feita somente com uma pequena amostra de militares, sugere-se que em estudos futuros se utilize uma amostra mais diversificada, por exemplo, alargado à Força Aérea em geral ou até às Forças Armadas, uma vez que só aí poderíamos comparar as conclusões que obtivemos, (com base nestes dados não podemos afirmar que todos os jovens adultos que possuem estas características específicas

responderiam do mesmo modo, obtendo os mesmos resultados que os desta amostra) e poder dar um contributo mais válido para o estudo da transição para a idade adulta.

Verificamos que todas as subescalas do instrumento de marcadores de transição para a idade adulta (MTIA) obtiveram correlações elevadas entre si (Tabela 10), no entanto convém salientar que a subescala “Adesão às normas” e a subescala “Competências familiares” obtiveram um dos valores mais elevados ($r=.711$), juntamente com a correlação entre a subescala “Independência financeira” e a subescala “Transições normativas” ($r=.725$). Acreditamos ser um aspeto interessante tendo em conta as características desta amostra (jovens que optaram por ingressar na vida militar e estão condicionados a agir “*by the book*”), gostaríamos de propor que em estudos futuros fosse verificado se estas correlações se mantinham assim elevadas ou se haveria uma alteração, ou seja, o facto de estes jovens serem “formatados” desde a sua entrada na “vida militar” a agir de determinada forma não os irá condicionar a agir dessa maneira em todos os aspetos da sua vida. Vejamos por exemplo o facto de existir uma elevada correlação entre o “Ser responsável pelos seus atos” que foi o item que os jovens concordavam mais ser indicativo de se ter atingido o estatuto de adulto (67,77%) na subescala de “Adesão às normas” e “Quando um homem / mulher se torna capaz de gerir e cuidar de uma casa” que foi o item que os jovens concordavam mais ser indicativo de se ter atingido o estatuto de adulto (85,95%) na subescala de “Competências familiares”. Da mesma forma o facto de “Ser financeiramente independente dos pais” que foi o item que os jovens concordavam mais ser indicativo de se ter atingido o estatuto de adulto (87,60%) para a subescala “Independência financeira” e “Ter iniciado a vida sexual” que foi o item que os jovens concordavam mais ser indicativo de se ter atingido o estatuto de adulto (80,99%) para a subescala “Transições normativas” pode ser indicativo desta amostra em particular.

No início desta investigação colocamos este objetivo (diferenças entre os sexos) para analisar se, nesta amostra em particular (os jovens no contexto em que estão inseridos são

tratados como iguais, não existem diferenças quer em termos laborais, uma vez que a mesma função implica o mesmo salário, quer em termos de tratamento, ou seja, as mulheres não são tratadas de forma diferente que os homens (e.g. na Força Aérea Portuguesa os militares são tratados pelo último nome, independentemente de serem do sexo feminino ou masculino)) existiriam diferenças entre os sexos. No que diz respeito ao sexo dos participantes, não se encontraram diferenças significativas, nem no instrumento dos marcadores de transição para a idade adulta, nem na escala de esperança futura, o que nos leva a concluir que, ao contrário do que supúnhamos os jovens (ambos os sexos) desta amostra pensam de forma idêntica.

Relativamente à “Situação profissional” verificamos que no que concerne quer o instrumento de avaliação dos marcadores de transição para a idade adulta, quer a escala de esperança futura não se verificaram diferenças estatisticamente significativas (Tabela 17). Quando colocamos este objetivo pensávamos que ao nível da escala de esperança futura iríamos obter diferenças estatisticamente significativas, uma vez que enquanto há um grupo de jovens que já tem o “futuro assegurado” em termos profissionais, os restantes jovens ainda não possuem essa segurança, o que poderia fazer com que alterasse os resultados. Esta é outra das hipóteses que gostaríamos de avaliar em estudos futuros, quer em amostras com características semelhantes a esta (universo militar) quer com características diferentes, para se poder analisar até que ponto estes dados são ou não representativos desta amostra em particular.

No que diz respeito à questão de “Ter ou não terminado os estudos” mais uma vez não se verificaram diferenças estatisticamente significativas em ambas as escalas. O que nos levou inicialmente a colocar este objectivo foi tentar perceber se os jovens que ainda estão em regime de contrato optam por prosseguir com os estudos para tentar de alguma forma conseguir melhores oportunidades de ficar no ramo. Relativamente aos jovens do quadro permanente a ideia era verificar se a intenção em prosseguir com os estudos se devia à

tentativa de subir na carreira (e.g. mudança de classe). Através destes dados podemos, em estudos futuros colocar a possibilidade dos jovens que continuam os estudos quererem ficar permanentemente no ramo (regime de contrato); qual a quantidade dos jovens que quer subir na carreira (militares do quadro permanente que queiram mudar de classe, e. g. passar de sargento para oficial) e qual a quantidade que aproveita a possibilidade que a organização lhe fornece de estudar enquanto está no ramo e usufruir desses estudos para seguir outro caminho que não o da organização.

No que concerne a questão “Considera que já atingiu a idade adulta” apuramos que existe um fator que nos parece importante salientar e que vai ao encontro do nosso objetivo. Verifica-se que relativamente ao MTIA não existem diferenças estatisticamente significativas, no entanto na escala de esperança futura os militares que responderam sim à questão (Considera que já atingiu a idade adulta) obtiveram uma média significativamente superior ($p=0,031$) aos que responderam não/intermédio na subescala “Caminhos/perspetivas” (Tabela 22). Este resultado leva-nos a supor que estes jovens já têm o seu “plano de vida” mais definido do que os que ainda não se consideram adultos, fazendo com que encarem o futuro de uma forma mais cautelosa.

Em relação à “Saída de casa dos pais”, dos militares que saíram de casa para integrarem as Forças Armadas 82,35% consideram-se adultos em oposição a 57,89% dos militares que não saíram de casa dos pais para integrarem as Forças Armadas. Estes dados podem ser interpretados pelo facto que os jovens que tiveram que sair de casa dos pais para ingressar nas Forças Armadas tiveram de cortar o “cordão umbilical” e aprender a resolver os problemas e as dificuldades por si mesmos, enquanto os jovens que não tiveram que abandonar a casa dos pais puderam continuar a beneficiar dos mesmos apoios que tinham, fazendo com que o processo de transição para a idade adulta não tenha ocorrido da mesma forma, daí termos

referido anteriormente que este processo está a deixar de ser “global” para passar a ser mais individualista.

Ao responderem à questão “Considera que já atingiu a “idade adulta”, 78,51% dos inquiridos respondeu que sim e apenas 5,79% afirmaram o contrário. Ao nos depararmos com estes dados colocamos a seguinte questão: qual a percentagem dos que não se consideram adultos ainda vive com os pais? Achamos ser interessante analisar esta suposição em estudos futuros.

Na subescala “transições normativas” encontramos um aspeto que consideramos de interesse, os jovens valorizaram mais hipóteses como “ter 18 anos” (41,32%) e “quando um homem se tornar biologicamente capaz de ter um filho”, (36,36%), desvalorizando o facto de “ter um filho/a” (26,45%). No entanto, o que mais valorizaram foi “ter iniciado a vida sexual” (80,99%), o que nos leva a supor que, para esta amostra, o mais importante não é conseguir conceber um filho mas ser capaz de ter um filho. Isto é, possuir todos os requisitos (e.g. económicos, sociais, psicológicos) que os tornem em pessoas responsáveis e capazes de assumir a parentalidade. Devido à dimensão da nossa amostra optámos por retirar o item 6 (quando um homem se torna biologicamente capaz de ter um filho) no entanto, em estudos futuros é importante verificar se este item obtém uma correlação corrigida significativa antes de o excluir, uma vez que pode ser somente específico desta amostra em particular.

Na subescala “adesão às normas” o único item que não obteve uma correlação significativa com a escala foi o item 24 “não ter laços profundos com os pais”. Em estudos futuros torna-se necessário confrontar estes dados com os de outras amostras de modo a que se perceba se é uma característica desta amostra ou se é uma característica da população portuguesa, antes de retirar este item. Para esta amostra em particular, a exclusão deste item torna-se estimulante, se tivermos em conta as suas características. Os militares são “formatados” desde o início das suas carreiras a colocar a defesa do seu país em primeiro

lugar, mesmo com o sacrifício da própria vida. Posto isto e devido às exigências das suas funções, acabam muitas vezes por descuidar as próprias famílias. Julgamos ser interessante para estudos futuros com amostras semelhantes à nossa, um aspeto desta subescala: o tipo de relacionamento dos militares com as suas famílias, não só com os seus pais, como com os seus cônjuges, gostaríamos de tentar avaliar se as funções específicas dos militares (missões ao estrangeiro, mobilidade, constante disponibilidade para o serviço) estão a influenciar o tipo de relacionamento que têm com os outros (e.g. taxa de divórcios). Julgamos ser de interesse que em estudos futuros se verifique se este item (não ter laços profundos com os pais) obtém uma correlação significativa com a escala antes de ser excluído, uma vez que pode a correlação obtida ser característica desta amostra.

Na subescala “independência financeira” o item que obteve maior correlação foi o item 2 “ser financeiramente independente dos pais”, julgamos ser um fator aliciante que os jovens desta amostra tenham obtido um nível tão elevado de correlação significativa (87,60 %) em relação a itens como por exemplo “terminar os estudos”, um marcador “tradicional” de passagem à idade adulta.

Ao analisarmos a diferença na distribuição da perceção dos marcadores para a idade adulta nas variáveis “sexo”, “existência de filhos”, “saída de casa”, “situação profissional”, “coabitação” e “estado civil”, verificamos que somente as variáveis “saída de casa” ($\chi^2(1)=5,679, p=.017$), e “estado civil” ($\chi^2(1)=4,495, p=.034$) é que obtiveram uma diferença estatisticamente significativa. Podemos afirmar que, para esta amostra os marcadores (ditos como tradicionais de transição para a idade adulta) que melhor ilustram a passagem para a idade adulta são a “saída de casa dos pais e ser capaz de ter uma relação amorosa estável”, estando estes itens dentro das subescalas que obtiveram correlações mais elevadas.

Resumidamente, podemos afirmar que os marcadores “tradicionais” da transição para a idade adulta, podem não ser representativos na sua totalidade, comparativamente com a realidade atual dos jovens adultos da nossa amostra. Esta consciência por parte dos jovens da nossa amostra pode estar relacionada com o atual estado de Portugal (crise económica e social com um elevado índice de desemprego jovem), o que pode fazer com que os jovens evidenciem a transição para a idade adulta de uma forma mais particular. Julgamos ser útil, em estudos futuros, analisar o facto dos marcadores associados à “maturidade emocional” (e.g. Ter uma relação de “igual para igual” com os pais) terem sido ligeiramente desvalorizados, quando comparados com os outros marcadores.

Concluindo, com base nestes dados, podemos afirmar que as transformações sociais têm um papel bastante importante no processo de transição para a idade adulta.

Bibliografia Consultada

- Almeida, A. N., Guerreiro, M. D., Lobo, C., Torres, & A., Wall. (1998). Relações familiares: Mudança e diversidade. In Viegas, J. L. & Costa, A. F. (orgs.). *Portugal, que modernidade?* (pp.45-78). Oeiras: Celta Editora.
- Allison, P. D. (2002). *Missing data*. Sage University Papers Series on Quantitative Applications in Social Sciences, 07-136. Thousand Oaks, CA: Sage.
- Anastasi, A. (1990). *Psychological testing (6th ed.)*. New York: Mc Millan.
- Arnett, J. (1998). Learning to stand alone: The contemporary American transition to adulthood in cultural and historical context. *Human Development*, 41, 295-315.
- Arnett, J. (2000a) Emerging Adulthood a Theory of development from the late teens through the twenties. *American Psychologist*, 55, 469-480.
- Arnett, J. (2000b) High hopes in a grim world emerging adults views of their futures and “Generation X”. *Youth & Society*, 31(3), 267-286.
- Arnett, J. (2001) Conceptions of the Transition to Adulthood: Perspectives from Adolescence to Midlife. *Journal of Adult Development*, 8, 133-143.
- Arnett, J. (2004) *Emerging adulthood: The winding road from the late teens through the twenties*. New York: Oxford University Press.
- Arnett, J. (2010) Oh, Grow Up! Generational Grumbling and the New Life Stage of Emerging Adulthood—Commentary on Trzesniewski & Donnellan *Perspectives on Psychological Science* 5(1) 89-92.
- Arnett, J. (2011) Emerging Adulthood(s) The Cultural Psychology of a new Life Stage In Jensen, L. (Ed.), *Bridging Cultural and Development Approaches in Psychology New Syntheses in Theory, Research and Policy*, 12, 255-275.

- Bell, S., & Lee, C. (2006). Does Timing and Sequencing of Transitions to Adulthood Make a Difference? Stress, Smoking, and Physical Activity Among Young Australian Women. *International Journal of Behavioral Medicine*, 13(3), 265-274.
- Bynner, J. (2005). Rethinking the youth phase of the life-course: The case of emerging adulthood? *Journal of Youth Studies*, 8, 367-384.
- Cavalli, A. (1997). The delayed entry into adulthood: is it good or is it bad for society? *Atas do Congresso Internacional Growing up Between Center and Periphery*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais.
- Claes, M. (1990). *Os Problemas da Adolescência*. Lisboa: Verbo.
- Clark, W. (2007). Delayed transitions of young adults. *Canadian Social Trends*, 14-22.
- Côté, J., & Bynner, J. (2008). Changes in transition to adulthood in UK and Canada: The role of structure and agency in emerging adulthood. *Journal of Youth Studies*, 11, 251-268.
- Cramer, D. (1997). *Basic statistics for social research*. London: Routledge.
- Cronbach, L. J. (1951). *Coefficient alpha and the internal structure of tests*. *Psychometrika*, 16, 297-334.
- Decreto Lei nº 320/07 de 27 de setembro. Diário da República nº 187/07 - I Série. Ministério da Defesa Nacional. Lisboa.
- Dempster, A. P., Laird, N. M., and Rubin, D. B. (1977). Maximum Likelihood From Incomplete Data Via the EM Algorithm, *Journal of the Royal Statistical Society, Series B*, 39, 1-38.
- DeVellis, R. F. (1991). *Scale Development. Theory and applications*. London: Sage Publications.
- Douglass, C. B. (2007). From duty to desire: Emerging Adulthood in Europe and its consequences. *Child development perspectives*, 1(2), 101-108.

- Erikson, E. H. (1950) *Childhood and Society*. New York: Norton.
- Erikson, E. H. (1968) *Identity Youth and Crisis*. New York: Norton.
- Erikson, E. H. (1982). *The Life Cycle Completed: A Review*. New York: Norton.
- Facio, A., Micocci, F. (2003). Emerging adulthood in Argentina. *New directions for Child and Adolescent Development, 100*, 21-31.
- Ferreira, M., Nelas, P. B. (2006) Adolescências...Adolescentes... Millennium on line – *Revista do Instituto Superior Politécnico de Viseu, 32*, 141-162.
- Furstenberg, F. F., Jr., Kennedy, S., McLoyd, V. C., Rumbaut, R. G., & Settersten, R. A., Jr. (2004). *Growing up is harder to do. Contexts, 3* (3), 33-41.
- García-Cueto, E. (1993). *Introducción a la Psicometría*. Madrid: Siglo XXI.
- Guerreiro, M. D., Abrantes, P. (2007). *Transições incertas: Os jovens perante o trabalho e a família*. (2ª Ed). CITE: Lisboa.
- Hair, J., Anderson, R. E., & Tatham, R. L. (1995). *Multivariate data: Analysis with readings*. New Jersey: Prentice-Hall.
- Hendry, L., & Kloep, M. (2010). How universal is emerging adulthood? An empirical example. *Journal of Youth Studies, 13*, 169-179.
- Howell, D. (2010). *Statistical methods for psychology (7thed.)*. Duxbury: Pacific Grove.
- Howell, D. (2011). *Fundamental Statistics for the Behavioral Sciences (7thed.)*. Belmont: Wadsworth.
- INE, Instituto Nacional de Estatística. (2012). Estatísticas do emprego. Consultado em outubro 2012, [http://:www.ine.pt](http://www.ine.pt).
- Kelty, R., Kleykamp, M. & Segal, D. (2010) The Military and the Transition to Adulthood. *The future of children 20*(1).
- Levinson, D. (1977). *The seasons of a man's life*. New York: Alfred A. Knoff.

- Little, R. J. A. (1988) Missing data in large surveys. *Journal of Business and Economic Statistics*. 6, 287-301.
- Mayselless, O., Scharf, M. (2003). What does it mean to be an adult? The Israeli experience. *New directions for Child and Adolescent Development*, 100, 5-20.
- Mendonça, M., Andrade, C. & Fontaine, A (2009) Transição para a idade adulta e adultez emergente: adaptação do Questionário de Marcadores da Adultez junto de jovens portugueses. *Psychologica* nº 51.
- Muñiz, J. (2003). *Teoría clásica de los tests*. Madrid: Pirámide.
- Muñiz, J., Fidalgo, A.M., García-Cueto, E., Martínez, R.J. & Moreno, R. (2005). *Análisis de los ítems*. Madrid: La Muralla.
- Nunnally, J.C. (1978). *Psychometric theory*. New York: Mc Graw-Hill.
- Osgood, D. W., Ruth, G., Eccles, J. S., Jacobs, J. E., & Barber, B. L. (2005). Six Paths to Adulthood: Fast Starters, Parents without Careers, Educated Partners, Educated Singles, Working Singles, and Slow Starters. In R. A. Settersten, F. F. Furstenberg, & R. R. G (Eds.), *On the Frontier of Adulthood Theory Research and Public Policy*, (pp. 320-355). University Chicago Press.
- Pais Ribeiro, J., Pedro, L., & Marques, S, (2006) Contribuição para o estudo psicométrico e estrutural da escala de esperança (de futuro). In: I. Leal, J. Pais-Ribeiro & S. Neves, (Eds.). *Atas do 6º Congresso Nacional de Psicologia da Saúde*, 75-81. Lisboa: ISPA.
- Ravn, M. N. (2005). A matter of free choice? Some structural and cultural influences on the decision to have or not to have children in Norway. In C. B. Douglass (Ed.), *Barren States. The population implosion in Europe*, 29-47. Oxford: Berg Publishers.
- Reis, E. (1998). *Estatística descritiva*. Lisboa: Edições Sílabo.

- Reitzel, J. D. (2010). *Race differences in persistence/desistance: A trajectory analysis of serious youthful offenders followed into adulthood*. University of Florida.
- Reynolds; H. T. (1984). *Analysis of Nominal Data (2nd ed.)*. Beverly Hills: Sage Publications.
- Rossi, G. (1997). The nestlings – Why young adults stay at home longer: The Italian case. *Journal of Family Issues*, 18, 627-644.
- Rumbaut, R. (2007). Young adults in the United States: a profile. *The network on transitions to adulthood*, 4. MacArthur Foundation.
- Shanahan, M. (2000) Pathways to Adulthood in Changing Societies: Variability and Mechanisms in Life Course Perspective *Annual Review of Sociology*, 26, 667-692.
- Snyder, C. R. (1995) Conceptualizing, measuring, and nurturing hope. *Journal of Counseling and Development*, 73, 355–360.
- Snyder, C. R., Harris, C., Anderson, J. R., Holleran, S. A., Irving, L. M., Sigmon, S. T., Yoshinobu, L., Gibb, J., Langelle, C. & Harney, P. (1991) The Will and the Ways: Development and Validation of an Individual-Differences measure of Hope. *Journal of Personality and Social Psychology*, 60 (4), 570-585.
- Tabachnick, B. G., & Fidell, L. S. (2006). *Using Multivariate Statistics (5th ed.)*. Pearson Education.
- Tanner, J. L. (2006) Recentring during Emerging Adulthood: A critical turning point in the life span human development. In J. Arnett & L. Tanner (Eds). *Emerging adulthood in America: Coming of age in the 21st Century* (pp. 21-55). Washington, DC.: American Psychological Association.
- Torres, A. (1996), *Divórcio em Portugal, Ditos e Interditos – uma análise sociológica*; Oeiras: Celta Editora.
- Torres, A. (2004). *Vida Conjugal e Trabalho: Uma perspectiva Sociológica*. Oeiras: Celta Editora.

- Vallejo, G., & Escudero, R. (2000). An examination of the robustness of the modified Brown-Forsythe and the Welch-James tests in the multivariate Split-Plot designs. *Psicothema, 12*, 701-711.
- Vallejo, P.; Sanz, B. & Blanco, A. (2003). *Construcción de escalas de actitudes tipo Likert*. Madrid: La Muralla.
- Vasconcelos, P. (1998). Práticas e discursos de conjugalidade e de sexualidade dos jovens portugueses. In M. V. Cabral e J. M. Pais (org). *Jovens Portugueses de Hoje*. (pp. 215-305). Oeiras: Celta Editora.
- Wall, K. (1995), Apontamentos sobre a família na política social portuguesa, *Análise Social, 131*, 431-458.
- Westenberg, A. (2004) Forever Young? Young people's conception of adulthood: the Swedish case. *Journal of Youth Studies, 7*(1), 35-53.
- Wollstonecraft, M. (1972) *Vindication of the Rights of Women*. London.